NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS 1
BALANÇOS PATRIMONIAIS 2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES 4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS 7
1. CONTEXTO OPERACIONAL 8
2. BASE DE PREPARAÇÃO 13
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 25
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 25
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES 26
7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR 28
8. TRIBUTOS DIFERIDOS 30
9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR 32
10. OUTROS CRÉDITOS 34
11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO 34
12. ATIVO DE CONTRATO 35
13. INVESTIMENTOS 35
14. IMOBILIZADO 36
15. INTANGÍVEL 37
16. FORNECEDORES 37
17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR 38
18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 38
19. DEBÊNTURES 41
20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS 43
21. CONTINGÊNCIAS 49
22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO 52
23. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO 57
24. ENCARGOS REGULATÓRIOS 58
25. OUTROS DÉBITOS 59
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 59
27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 61
28. RECEITA LÍQUIDA 63
29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 64
30. RESULTADO FINANCEIRO 65
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS 66
32. SEGUROS 74
33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS 75
34. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA 75
35. EVENTOS SUBSEQUENTES 75

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.519	395.434
Títulos e valores mobiliários	5	592.104	2.024.082
Contas a receber de clientes	6	886.059	2.280.513
Estoques		68.628	59.394
Tributos e contribuições a recuperar	7	764.383	1.231.645
Ativos financeiros do setor	9	157.860	1.171.882
Despesas pagas antecipadamente		22.994	28.340
Serviços prestados a receber		33.999	15.593
Outros créditos	10	387.731	591.437
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**2.954.277**	**7.798.320**
Contas a receber de clientes	6	1.405.831	1.204.253
Tributos e contribuições a recuperar	7	3.674.179	3.674.704
Tributos diferidos	8	858.966	884.137
Depósitos judiciais	20.1	219.093	217.160
Instrumentos financeiros derivativos *swaps*	31	-	132.000
Ativos financeiros do setor	9	41.542	308.390
Ativo financeiro da concessão	11	7.697.294	6.821.988
Outros créditos	10	154	1.078
Ativo de contrato	12	664.760	558.254
Investimentos	13	43.621	34.124
Imobilizado	14	325.827	309.308
Intangível	15	2.149.109	2.455.860
Ativo de direito de uso	23	222.337	59.612
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**17.302.713**	**16.660.868**
TOTAL DO ATIVO		**20.256.990**	**24.459.188**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	16	1.452.785	2.048.334
Tributos e contribuições a pagar	17	127.671	276.525
Empréstimos e financiamentos	18	302.251	396.390
Debêntures	19	639.437	1.519.814
Instrumentos financeiros derivativos *swaps*	31	14.013	-
Passivos financeiros do setor	9	911.538	276.353
Dividendos a pagar	27	-	57.862
Obrigações trabalhistas		60.353	93.843
Valores a serem restituídos a consumidores	7	1.104.698	831.250
Obrigações por arrendamento	23	23.113	24.888
Encargos regulatórios	24	275.681	298.237
Outros débitos	25	486.238	562.273
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**5.397.778**	**6.385.769**
Empréstimos e financiamentos	18	2.427.822	2.894.659
Debêntures	19	5.709.113	4.679.712
Instrumentos financeiros derivativos *swaps*	31	262.361	-
Tributos e contribuições a pagar	17	161.443	199.605
Provisões para contingências	20	3.889.553	494.598
Obrigações por arrendamento	23	209.843	38.163
Benefício pós emprego		274.537	-
Valores a serem restituídos a consumidores	7	647.978	2.564.550
Outros débitos	25	79.497	35.307
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**13.662.147**	**10.906.594**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	27	5.544.284	5.486.365
Reserva de capital		7.277	7.277
Reservas de lucros		1.770.305	1.770.305
Outros resultados abrangentes		(308.466)	(97.122)
Prejuízo do Exercício		(5.816.335)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.197.065**	**7.166.825**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**20.256.990**	**24.459.188**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Demonstrações de Resultados	Notas	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	28	**12.178.147**	**13.625.646**
CUSTO TOTAL		**(10.850.005)**	**(11.811.352)**
Custos com energia elétrica	29.1	(8.722.576)	(9.905.209)
Custos de operação	29	(2.127.429)	(1.906.143)
LUCRO BRUTO		**1.328.142**	**1.814.294**
Despesas gerais e administrativas	29	(3.467.120)	(1.146.524)
Outras despesas, líquidas		(295.295)	(52.325)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		**(2.434.273)**	**615.445**
RESULTADO FINANCEIRO	**30**	**(3.199.337)**	**(1.051.225)**
Receita financeira		463.474	319.005
Despesa financeira		(3.662.811)	(1.370.230)
PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL		**(5.633.610)**	**(435.780)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(157.554)	215.952
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(25.171)	463.456
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(5.816.335)**	**243.628**
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R$ / Ação)	**27.5**	**(0,0119)**	**0,00051**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações de Resultados Abrangentes	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.816.335)	243.628
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	-	-
Ganho (perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	(211.344)	3.516
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**(6.027.679)**	**247.144**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCRO/ PREJUIZO ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**4.146.365**	**7.277**	**215.844**	**1.094.772**	**273.923**	**(100.638)**	**-**	**5.637.543**
Aumento de capital		1.340.000	-	-	-	-	-		1.340.000
Lucro líquido do exercício	27.5	-	-	-	-	-	-	243.628	243.628
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado		-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	27.4	-	-	-	-	-	3.516	-	3.516
Destinação do resultado do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	27.4	-	-	12.181	-	-	-	(12.181)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R$0,00012 /ação)	27.4	-	-	-	-	-	-	(57.862)	(57.862)
Constituição da reserva de retenção de lucros	27.4	-	-	-	173.585	-	-	(173.585)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**5.486.365**	**7.277**	**228.025**	**1.268.357**	**273.923**	**(97.122)**	**-**	**7.166.825**
Aumento de capital		57.919	-	-	-	-	-	-	57.919
Prejuízo líquido do exercício	27.5	-	-	-	-	-	-	(5.816.335)	(5.816.335)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado									
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais							(211.344)	-	(211.344)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		**5.544.284**	**7.277**	**228.025**	**1.268.357**	**273.923**	**(308.466)**	**(5.816.335)**	**1.197.065**

As notas explicativas são parte integrante das informações demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**(119.754)**	**137.756**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.633.610)	(435.780)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	29	1.116.505	597.354
Depreciação e amortização	29	617.132	563.890
Ganho (perda) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		66.984	(57.512)
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	30	59.458	610.716
Provisão e atualização para contingências e atualização financeira de depósitos judiciais		2.691.887	245.565
Provisão e atualização para contingência – Valores a devolver ao consumidor		1.081.068	-
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		11.246	(1.422)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	18/19	870.857	605.567
Juros sobre obrigações de arrendamento	23	26.994	5.895
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo		(76.608)	(14.219)
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		(9.792)	(3.161)
Variação *swaps*		686.358	(52.262)
Benefício pós emprego (plano de saúde)	22	63.193	-
Valor justo do ativo financeiro da concessão	27	(38.365)	(574.231)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	9	360.830	(1.265.115)
Variações nos Ativos e Passivos		**(2.013.891)**	**(87.529)**
Títulos e valores mobiliários		(155.456)	(70.090)
Contas a receber de clientes e outras		65.125	(788.114)
Tributos, contribuições e impostos líquidos		403.357	707.001
Ativos e passivos financeiros do setor		(291.431)	(239.281)
Estoques		(9.234)	(3.156)
Serviços prestados a receber		(18.406)	25.788
Despesas pagas antecipadamente		5.346	(5.959)
Depósitos judiciais		(7.656)	2.542
Outros créditos		133.965	(137.799)
Fornecedores		(597.904)	458.149
Obrigações trabalhistas		(33.490)	11.878
Encargos Regulatórios	24	(22.556)	(41.090)
Pagamento das provisões para contingências		(320.002)	(373.327)
Outros débitos		(84.120)	181.477
Instrumentos financeiros derivativos swaps		(277.984)	638.566
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18/19	(803.445)	(536.294)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento		**366.843**	**(1.659.075)**
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(58.467)	(45.483)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		(1.162.124)	(1.029.573)
Aplicações financeiras		(5.384.164)	(10.882.793)
Resgate de aplicações financeiras		6.971.598	10.298.774
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		**(602.004)**	**1.460.738**
Aumento de capital	27	57.919	1.340.000
Dividendos pagos		(57.862)	(65.276)
Pagamento de obrigações por arrendamento	23	(53.135)	3.968.536
Captação, líquida dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas – FDIC	18/19	1.334.164	(3.730.653)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	18/19	(1.883.090)	(51.869)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(354.915)**	**(60.581)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		395.434	456.015
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		40.519	395.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Receita Líquida	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Receitas		**19.218.939**	**21.252.610**
Venda de energia	28	19.188.998	20.882.696
Receitas referentes à construção de ativos próprios		1.146.446	967.268
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa		(1.116.505)	(597.354)
Insumos adquiridos de terceiros		**(12.218.519)**	**(11.307.987)**
Custo com energia elétrica	29.1	(8.722.576)	(9.905.209)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.495.943)	(1.402.778)
Valor adicionado bruto		**7.000.420**	**9.944.623**
Retenções		**(617.133)**	**(563.890)**
Depreciação e amortização	29	(617.133)	(563.890)
Valor adicionado líquido produzido		**6.383.287**	**9.380.733**
Valor adicionado recebido em transferência		**463.474**	**319.005**
Receitas financeiras	30	463.474	319.005
Valor adicionado total a distribuir		**6.846.761**	**9.699.738**
Distribuição do valor adicionado		**6.846.761**	**9.699.738**
Pessoal		**470.398**	**390.383**
Remuneração direta		335.172	256.152
Benefícios		100.508	105.763
FGTS		34.276	27.504
Outros		442	964
Impostos, taxas e contribuições		**8.455.280**	**7.651.618**
Federais		4.200.808	2.694.703
Estaduais		4.236.394	4.944.337
Municipais		18.078	12.578
Remuneração de capitais de terceiros		**3.737.418**	**1.414.109**
Juros		3.636.582	1.297.389
Aluguéis		100.836	116.720
Remuneração de capitais próprios		**(5.816.335)**	**243.628**
Dividendos		-	**57.862**
Lucros (Prejuízos) retidos		**(5.816.335)**	**185.766**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Companhia" ou "Light SESA") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem como objeto social a distribuição de energia elétrica, cuja concessão foi efetivada em julho de 1996 e o vencimento será em julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,5 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas (dados não revisados pelos auditores independentes). A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobras (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense, da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e do PROINFA.

Em 05 de setembro de 2005, em atendimento à Lei nº 10.848/04, foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL"), através da Resolução Autorizativa nº 307/05, o projeto de reorganização societária em que a Light S.A. passou a ser a controladora da Companhia.

1.1 Continuidade operacional

A Administração da Companhia está acompanhando atentamente as situações que envolvem o processo de renovação da concessão da Companhia.

A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R$5.816.335 (lucro líquido de R$243.628 em 31 de dezembro de 2021), consumo de caixa operacional líquido de R$119.754 (geração de caixa operacional líquido de R$137.756 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R$2.443.501 (capital circulante líquido positivo de R$1.412.551 em 31 de dezembro de 2021) e possui R$9.078.623 de empréstimos, financiamentos e debêntures (R$9.490.575 em 31 de dezembro de 2021), sendo R$941.688 registrados no curto prazo e R$8.136.935 registrados no longo prazo.

A Administração da Companhia entende que a Companhia apresenta situação operacional e financeira complexa com:

(i) elevado nível de endividamento
(ii) geração de caixa operacional historicamente insuficiente para sozinha honrar os compromissos
(iii) elevado índice de perdas não técnicas (furto de energia) e inadimplência
(iv) dificuldade de atuação em Áreas de Severa Restrição Operacional

Esta situação foi agravada pelo (a):

(i) aumento das taxas de juros SELIC de 2.00% em janeiro de 2021 para 13.75% em agosto de 2022
(ii) efeito da determinação de devolução de cerca de R$2.8 bilhões de créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, como explicitado em mais detalhes nas Notas Explicativas 1.2, 7.1 e 35.1
(iii) deterioração macroeconômica da área de concessão desde 2015 e mais recentemente agravada pela pandemia de COVID-19

A Administração da Companhia informa que não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2022, porém tem buscado alternativas para melhorar a estrutura de capital da Companhia.

A concessão da Companhia, vencerá em junho de 2026. A Administração entende que determinados cenários para o futuro da Companhia dependem (i) da necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) da necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão, que não estão sob controle da Administração.

Adicionalmente, as notas de crédito (rating) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023
S&P	brBB-	-	16.02.2023
Moody's	B.br	B3	07.02.2023/03.02.2023

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas. O vencimento antecipado pode ocorrer, no caso de:

(i) não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros (*"covenants financeiros"*) em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados; ou

(ii) não cumprimento de determinados covenants não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating.

A Administração da Companhia realizou o cálculo de todos os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que estes indicadores foram atendidos para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. Vale ressaltar que a Companhia cumpriu com indicadores financeiros dos últimos 3 trimestres, não ensejando o vencimento antecipado de forma imediata das dívidas.

Com relação ao *covenant* não financeiro relacionado a ratings, a Administração da Companhia verificou que conforme item XXIX da cláusula 6.28 das escrituras da 8ª emissão de debêntures o "rebaixamento do rating da Emissão previsto na Cláusula 5.1., item V, para abaixo do conceito BBB-" enseja a convocação de assembleia geral de debenturistas pelo Agente Fiduciário, que pode declarar o vencimento antecipado que por sua vez provocaria o vencimento antecipado dos outros contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia automaticamente.

Adicionalmente, a Companhia possui em seu contrato de concessão de energia elétrica, entre outras obrigações, cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento de critérios de sustentabilidade econômico-financeira. A Administração da Companhia ressalta que os indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ainda não foram mensurados de forma definitiva pela ANEEL, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias, porém a análise preliminar indica um risco de descumprimento para o exercício de 2022. A Administração da Companhia entende que no caso deste risco se materializar, o descumprimento não implica o início, de forma imediata, do processo de caducidade da concessão da Companhia, mas requer monitoramento contínuo.

A distribuição de energia elétrica está sujeita a um conjunto de regulamentos entre os quais se destacam os de sustentabilidade operacional. Neste âmbito, cumpre destacar que a Light encerrou o ano de 2022 atendendo os indicadores regulados voltados à mensuração da continuidade e qualidade do serviço prestado. Em termos de continuidade, a companhia se apresenta entre as melhores do país em termos de duração (DEC) e frequência (FEC) de interrupções de energia e dentro do parâmetro regulatório. Em termos de atendimento comercial, destacam-se o indicador FER que mede a frequência equivalente de reclamações recebidas e tratadas pela empresa com um índice de 11,26, performance 13% melhor que o referencial regulatório e, ainda, o alcance do índice Satisfatório esperado pela ANEEL para o Plano de Resultados de Atendimento que reúne um conjunto de indicadores voltados ao atendimento ao cliente. (Informações não auditadas pelos auditores independentes).

A Administração da Companhia entende que enquanto o processo de renovação da concessão não for concluído, e considerando a situação operacional e financeira complexa e agravada descrita acima, o cronograma contratual de pagamento das dívidas, (vide notas explicativas 18 e 19), combinadas com as demais obrigações (qualidade do serviço, segurança, fornecedores, funcionários, impostos federais, estaduais e municipais, devolução de créditos de PIS/COFINS para consumidores entre outros), a Administração da Companhia envidará esforços contínuos para permitir a continuidade operacional da Companhia, que incluem uma combinação de estratégias que compreendem principalmente (i) utilização de recursos próprios existentes em 31 de dezembro de 2022, (ii) a controladora Light SA poderá aportar recursos para a Companhia oriundos da venda de ativos, cuja venda possui elementos que não estão totalmente sob o controle da Administração do Grupo Light, (iii) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional, cuja estabilidade é razoavelmente previsível pela existência de base sólida de clientes cativos, volume de energia relativamente previsível, tarifas estabelecidas pela ANEEL e concessão de distribuição de energia elétrica válida até Junho de 2026 (iv) obtenção de extensão de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores, cuja extensão não está sob o controle da Administração do Grupo Light e

pode implicar em custos financeiros adicionais em decorrência de multas, custos para obtenção de *waivers*, novos encargos financeiros ou na declaração de vencimentos antecipados, (v) utilização de recursos oriundos de captação junto a instituições financeiras ou mercado de capitais, cujo cenário apresenta restrições tendo em vista que os recentes rebaixamentos dos ratings do Grupo Light pelas agências de ratings que podem implicar em elevados custos de captação de novas dívidas e até mesmo significar a indisposição dos credores em efetuar novos empréstimos e financiamentos para o Grupo Light, (vi) utilização de recursos oriundos de aumento de capital, cujo êxito não está sob o controle da Administração do Grupo Light, (vii) redução dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e indicadores de qualidade exigidos pelo contrato de concessão da Companhia, (viii) atuação no âmbito regulatório para o reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado, (ix) atuação no âmbito jurídico/legal para reversão da destinação integral dos créditos de PIS/COFINS, como os mandados de segurança já impetrados e a Ação Direta de Inconstitucionalidade pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica e (x) renovação da concessão em bases sustentáveis.

Para ajudar e assessorar a Companhia a lograr as diversas estratégias mencionadas acima, a Administração contratou uma série de consultores, assessores legais, regulatórios e financeiros.

A Administração avaliou e concluiu que, apesar das incertezas descritas nesta seção 1.1, a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações para o período de 12 meses a partir da data da emissão dessas demonstrações financeiras. Com base nessa conclusão, essas demonstrações financeiras foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional.

A Administração da Companhia perseguirá e envidará os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas acima. Porém, não há garantia de que a Companhia terá êxito nas estratégias, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre seu sucesso. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

1.2 Promulgação da Lei nº 14.385 em 27 de junho de 2022

Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/22, a qual altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar o repasse de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A nova Lei incluiu o art. 3º-B, na Lei nº 9.427/1996, para determinar a destinação integral em proveitos dos usuários afetados, dos créditos oriundos das ações em que as distribuidoras de energia elétrica obtiveram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

A ANEEL estabeleceu os critérios para operacionalização da devolução dos créditos de PIS/COFINS levando em consideração, dentre outros aspectos, o valor total do crédito utilizado em compensação e a capacidade máxima de compensação desses créditos. A devolução dos créditos aos consumidores se dará por meio dos processos tarifários anuais.

Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei. Desta forma, foram traçadas estratégias de atuação judicial que envolvem diversas etapas processuais, de medidas judiciais diferentes, que foram sucessivamente apresentadas perante o Poder Judiciário, respeitando-se uma ordem lógica-jurídica.

Como primeira medida, a Companhia ajuizou duas ações judiciais (5052102-70.2022.4.02.5101 e 1043306-50.2022.4.01.3400), ambas com o objetivo final – embora por razões distintas – de impedir a realização da referida Revisão Tarifária Extraordinária (RTE). Esse objetivo foi alcançado primeiramente nesta ação, por meio de acórdão favorável vigente no Agravo de Instrumento nº 1023960-31.2022.4.01.0000 interposto pela Light nos autos do referido Mandado de Segurança, impedindo que a Aneel delibere a Revisão Tarifária Extraordinária da Light objeto da Lei nº 14.385/2022 antes de realizada consulta pública. A decisão foi confirmada pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça na SLS nº 3.414. Em cumprimento ao acórdão, a ANEEL realizou a consulta pública em novembro de 2022.

Em segunda medida, a Companhia impetrou um novo Mandado de Segurança nº 5062961-48.2022.4.02.5101, em trâmite perante a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com objetivo de evitar saída de recursos antes da efetiva homologação da compensação tributária pela Receita Federal do Brasil - RFB. Apesar de a liminar ter sido indeferida em 22 de agosto de 2022, pelo entendimento de ausência de *periculum in mora* uma vez estar vigente acordão que suspendeu RTE, foi interposto o Agravo de Instrumento nº 5013111-02.2022.4.02.0000, em trâmite perante a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pendente de julgamento.

Como terceira medida, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança nº 5090279-06.2022.4.02.5101/RJ, em trâmite perante a 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, para que a ANEEL, antes de determinar repasse dos créditos aos consumidores, identifique os "usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão", de forma que a destinação dos créditos em disputa observe a efetiva proporção em que cada usuário tenha sido "afetado" anteriormente pelo eventual recolhimento de tributo. A liminar foi indeferida em 30 de novembro de 2022 e o recurso de Agravo de Instrumento nº 5017168-63.2022.4.02.0000/RJ aguarda decisão.

Paralelamente, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, perante o Supremo Tribunal Federal, a qual está sob relatoria do Ministro Alexandre de Moraes. Em 16 de dezembro de 2022, o Ministro Relator, "*diante da relevância da matéria constitucional suscitada e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica*" adotou rito abreviado para célere decisão no processo, ainda pendente de julgamento.

A par desses acontecimentos jurídicos, a ANEEL em 13 de outubro de 2022, determinou o início de consulta pública em relação a RTE e em 13 de dezembro de 2022 efetivou a RTE da Companhia através da Resolução Homologatória nº 3.144.

Nesse contexto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia decidiu provisionar os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais ser *provável*.

A Administração da Companhia ressalta que seguirá adotando medidas judiciais necessárias para resguardar os direitos da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os impactos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referentes à contabilização da devolução integral dos créditos referentes a exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Companhia:

Efeitos no balanço patrimonial	R$ mil
Ativo diferido [a]	367.563
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(2.742.784)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**(2.375.221)**

Efeitos no resultado do exercício	R$ mil
Provisão para contingências – crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)
Atualização de provisão - Despesa financeira	(1.661.716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos [a]	367.563
RESULTADO	**(2.375.221)**

[a]Como consequência do registro, a Companhia constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, Companhia baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na nota 8.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

Em 27 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 31), mensurados pelos seus valores justos, e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Diretoria faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
6	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
7	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
7	Recuperação do IRPJ e CSSL diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
9	Ativos e passivos financeiros do setor
11	Ativo financeiro da concessão
20	Provisões para contingências
21	Contingências
22	Benefícios pós-emprego
28.1	Fornecimento não faturado
29.1	Provisão para compra de energia elétrica
31	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição ("VNR"), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação são reconhecidos no resultado.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo e estão sujeitos a *impairment.* A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia não adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

***Hedge* do valor justo**

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos correspondem a saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia elétrica, faturada e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a PECLD para as contas a receber. A matriz de provisão considera um *aging list* de 12 meses segregado por classe de consumo e uma projeção de expectativa de recebimento para os próximos 36 meses, a partir de uma base estatística de expectativa de recebimentos, a qual proporciona uma melhor aderência a expectativa de recebimento efetivo dos montantes em aberto no contas a receber da Companhia. A aplicação da matriz está segregada em faturamento regular e parcelado e faturas oriundas da aplicação de Termos de Ocorrência de Inspeção (“TOI") geradas através da identificação de irregularidades na medição de consumo de determinado cliente, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

3.4 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).

3.5 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.

3.6 Investimentos

A Companhia detém investimentos avaliados a valor justo, que representam algumas participações societárias em outras empresas.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

3.7 Ativo financeiro da concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

3.8 Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.9 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 14.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.10 Intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.11 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.12 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual

3.12.1 Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.12.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

3.12.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

3.13 Benefícios a empregados

3.13.1 Benefícios pós emprego

A Companhia possui planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão de contribuição definida e de benefício definido. Os planos são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

3.13.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

3.13.3 Plano de assistência médica

A Companhia patrocina, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais que refletem mudanças no valor presente da obrigação resultantes de ajustes de diferenças atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras.

3.14.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo as legislações vigentes.

3.14.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais compensados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado anualmente e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e são apresentados pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

3.15 Provisões

3.15.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

3.15.2 Provisões para contingência

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Diretoria, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Reconhecimento de receitas

As receitas da Companhia são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

3.16.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

3.16.2 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

3.16.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

3.16.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, atualização de ativos e passivos financeiros do setor e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.17 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de clientes. A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Diretoria para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos da Companhia nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes.

3.18 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022.

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 estão descritos abaixo e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 3	Referência a estrutura conceitual	Sem impactos relevantes
IAS 37	Contrato oneroso	Sem impactos relevantes
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	Sem impactos relevantes
IAS 2 CPC 16	Estoque	Sem impactos relevantes
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	Sem impactos relevantes

3.19 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

As normas em discussão no IASB, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 17	Contratos de seguros.	Essa norma não se aplica a Companhia
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	A Companhia avaliará os impactos
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis.	Não se espera impacto significativo
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis.	A Companhia avalia os impactos
IAS 12/CPC 32	Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma única transação	A Companhia avalia os impactos

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos	40.519	52.185
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	-	343.249
TOTAL	**40.519**	**395.434**

Não existiam aplicações financeiras de liquidez imediata em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração média das aplicações financeiras era de 106,3% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 31.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	31.12.2022	31.12.2021
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	447.718	1.884.487
Fundos de investimento (não exclusivos)	144.386	139.595
TOTAL	**592.104**	**2.024.082**

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) fundos de investimentos não exclusivos; (iii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 102,7% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (101,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Contas a receber de clientes – Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Recebíveis	PECLD	Total	Recebíveis	PECLD	Total
Abertura por classe de consumo						
Residencial	4.066.018	(3.274.771)	791.247	4.079.149	(2.354.291)	1.724.858
Industrial	133.536	(108.801)	24.735	135.592	(90.856)	44.736
Comercial	1.032.420	(676.590)	355.830	1.062.065	(487.877)	574.188
Rural	6.488	(5.064)	1.424	8.497	(2.994)	5.503
Poder público	357.466	(191.927)	165.539	412.643	(197.840)	214.803
Iluminação pública	193.955	(104.236)	89.719	214.569	(97.678)	116.891
Serviço público	174.014	(13.039)	160.975	195.608	(47.242)	148.366
Fornecimento faturado e parcelamentos	**5.963.897**	**(4.374.428)**	**1.589.469**	**6.108.123**	**(3.278.778)**	**2.829.345**
Fornecimento não faturado	681.430	(10.159)	671.271	635.102	(7.971)	627.131
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	32.433	(1.283)	31.150	28.449	(159)	28.290
TOTAL	**6.677.760**	**(4.385.870)**	**2.291.890**	**6.771.674**	**(3.286.908)**	**3.484.766**
Circulante			886.059			2.280.513
Não circulante			1.405.831			1.204.253

Conforme descrito na nota de provisão para contingências regulatórias nº 20.1.4, a Companhia recebeu um auto de infração em janeiro de 2019 com penalidades decorrentes de uma fiscalização ocorrida em setembro de 2017. A Companhia protocolou alguns recursos cuja conclusão ocorreu no quatro trimestre de 2022. A Companhia concluiu que todos os recursos sobre o tema foram exauridos, não havendo assim possibilidade para abertura de novas discussões. Em dezembro de 2022, para atender as determinações da ANEEL, a Companhia refletiu os impactos financeiros da determinação do órgão regulador na linha de fornecimento faturado residencial o montante negativo de R$477.196 e na linha de PECLD residencial o montante positivo de R$403.661.

6.1. Principais clientes parcelados

Em 07 de julho de 2018, a Companhia assinou um acordo de parcelamento com a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A ("SuperVia"), cujo montante a receber era de R$163.212. Em 25 de junho de 2019, a Companhia assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R$48.149. O montante atualizado deste parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R$145.173 (R$129.837 em 31 de dezembro de 2021).

Em 11 de junho de 2021, a Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de processamento da recuperação judicial da SuperVia e consequentemente foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa. Em 07 de outubro de 2021, foi publicado o edital com a lista consolidada dos credores e plano de recuperação judicial (RJ) da SuperVia.

A assembleia de credores foi realizada em 31 de maio de 2022 e o Plano de Recuperação Judicial da Supervia foi homologado em 06 de junho de 2022. Algumas condições foram acordadas como: (i) faturas dos serviços prestados pela Companhia entre 09 de junho de 2022 e 09 de junho de 2024 vencerão em 45 dias após emissão; e (ii) dívida constituída até 07 de junho de 2021 será quitada em 48 parcelas a partir de janeiro de 2025. Logo, a Companhia registrou o montante de R$12.155 a título de ajuste a valor presente da Supervia, e o montante líquido do parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R$133.018.

Em 31 de dezembro de 2022, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ("PCRJ") possui um montante em aberto de R$204.690 com a Companhia. Esse montante refere-se às faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a dezembro de 2022. Deste montante, (i) o total de R$188.191 refere-se a faturas emitidas até dezembro de 2020, as quais estão sendo negociadas diretamente com a Secretaria Municipal de Fazenda; (ii) o montante de R$16.499, referente as faturas emitidas de janeiro de 2021 a novembro de 2022, está em negociação junto à PCRJ e a expectativa de regularização até o final do primeiro semestre de 2023.

6.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

SALDO EM 31.12.2020	**(2.648.141)**
Adições (Nota 29)	(597.354)
Baixas	(41.413)
SALDO EM 31.12.2021	**(3.286.908)**
Adições	(1.101.292)
Reversão de baixas	2.330
SALDO EM 31.12.2022	**(4.385.870)**

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia iniciou um diagnóstico de toda a esteira de arrecadação que desencadeou um processo de revisão metodológica das provisões esperadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD). No entendimento da Administração, a metodologia foi aprimorada para que reflita melhor a mensuração da expectativa de recebimentos de seus clientes para o seu provável valor de realização e as características específicas de determinados grupos dentro do contas a receber.

A Companhia realizou uma análise técnica em conformidade com as normas contábeis, vigentes, e concluiu que a estimativa proposta pela Companhia abrange de forma suficiente os critérios exigidos pela norma e que o aperfeiçoamento da metodologia se faz necessário visando representar de forma mais tempestiva a expectativa de recebimento efetivo dos seus clientes, também em conformidade com a norma.

Em decorrência dessa análise, foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$854.476. A Administração entende que esse incremento na PECLD reflete o melhor cenário da expectativa de perdas esperadas do seu contas a receber de clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a clientes é divulgada na Nota 31.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Tributos e contribuições a compensar	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS a compensar [a]	59.465	82.698	142.163	45.317	62.603	107.920
PIS e COFINS a compensar [b]	471.628	3.180.898	3.652.526	986.292	3.241.542	4.227.834
INSS	4.283	-	4.283	4.017	-	4.017
Outros	16.644	-	16.644	16.263	-	16.263
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	**552.020**	**3.263.596**	**3.815.616**	**1.051.889**	**3.304.145**	**4.356.034**
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	212.363	410.583	622.946	**179.756**	**370.559**	550.315
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**212.363**	**410.583**	**622.946**	**179.756**	**370.559**	**550.315**
TOTAL	**764.383**	**3.674.179**	**4.438.562**	**1.231.645**	**3.674.704**	**4.906.349**

[a] Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

[b] O saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$36.062 (R$52.745 em 31 de dezembro de 2021) e acrescido do montante R$44.141 referente a cancelamento de faturas. Ademais, em 31 de dezembro de 2021, incluía o montante de R$4.206 referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos.

7.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 objetivando o reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a decisão, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil ("RFB") deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Os créditos totais compensados até 31 de dezembro de 2022, somaram o montante de R$3.068.931 (R$2.134.789 em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, R$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

Em 27 de junho de 2022, foi aprovada a Lei nº 14.385/2022, que determinou *"a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito"* relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Além disso, a referida Lei dispõe que a Aneel será responsável por estabelecer os critérios para a devolução dos tributos, por meio de RTE.

Conforme descrito na nota 1.2, em novembro de 2022, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 047/2022 e em dezembro de 2022 a ANEEL deliberou a RTE da Companhia. Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei, porém a Administração da Companhia decidiu provisionar o montante de R$2.375.221 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais.

Nos reajustes tarifários que entraram em vigor em 15 de março e 2021 e 15 de março de 2022, foram homologadas as devoluções de R$374.196 e R$1.050.000, respectivamente. Em 13 de dezembro de 2022, através da RTE que editou a Resolução Homologatória nº 3.144, foi homologada a devolução de R$796.656 no período compreendido entre 14 de dezembro de 2022 e 14 de março de 2023.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento da devolução integral dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2022	31.12.2021
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	3.644.446	4.284.786
Valores a serem restituídos a consumidores [a]	(1.752.676)	(3.395.800)
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor [b]	(2.742.784)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido [c]	367.563	-
Total	**(483.451)**	**888.986**

Efeitos no resultado dos exercícios	2022	2021
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)	-
Atualização monetária da provisão para contingência	(1.661.716)	-
Receita financeira - Atualização dos créditos de PIS e COFINS (Nota 30)	80.343	14.912
PIS e COFINS sobre receita (despesa) financeira	(3.736)	(693)
Imposto de renda e contribuição social diferido [c]	367.563	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.270	(4.834)
TOTAL	**(2.297.344)**	**9.385**

[a] Refere-se a parcela incontroversa do montante a devolver aos consumidores, considerando que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Após reajuste tarifário, ocorrido em março de 2023, a Companhia reclassificou R$1.104.698 para o curto prazo, em virtude da expectativa de compensação desse montante nos próximos 12 meses.
[b] Refere-se a parcela em discussão judicial que compreende o período dos créditos superiores a 10 anos.
[c] Como consequência do registro, a Companhia constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a Companhia baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na nota 8.

7.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o STF em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A Companhia possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus indébitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF e conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indébitos tributários e reconheceu em setembro de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R$536.170 sendo (i) R$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a Companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a Companhia apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante.
Em 31 de dezembro de 2022, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R$410.583 (R$370.559 em 31 de dezembro de 2021).

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

Diferenças temporárias	31.12.2022			31.12.2021		
	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido
PECLD	1.510.408	-	1.510.408	1.130.072	-	1.130.072
Provisões para contingências	792.024	-	792.024	168.163	-	168.163
Prejuízos fiscais	445.904	-	445.904	280.236	-	280.236
Base negativa de contribuição social	163.552	-	163.552	103.912	-	103.912
Benefício Pós-emprego (Nota 22)	71.857	-	71.857	-	-	-
Provisão para PLR	6.026	-	6.026	15.690	-	15.690
Outros	194.134	-	194.134	2.430	-	2.430
Instrumentos financeiros derivativos swaps	93.967	-	93.967	-	(44.880)	(44.880)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(784.530)	(784.530)	-	(771.486)	(771.486)
Provisão para não recuperabilidade de diferido	(1.634.376)	-	(1.634.376)	-	-	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	**1.643.496**	**(784.530)**	**858.966**	**1.700.503**	**(816.366)**	**884.137**
Apresentação pelo líquido	(784.530)	784.530	-	(816.366)	816.366	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	**858.966**	**-**	**858.966**	**884.137**	**-**	**884.137**

8.1. Reconhecimento de provisão para não recuperabilidade de ativos diferidos

A Companhia tem como prática contábil a revisão dos ativos fiscais diferidos em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade dos seus tributos diferidos, considerando principalmente os prejuízos fiscais dos últimos exercícios, o prejuízo apurado no exercício corrente, as projeções de resultado com base em orçamento financeiro e o prazo de vencimento do contrato de concessão da Companhia em julho de 2026.

Importante destacar que Companhia possui clientes cativos e volume de energia distribuída estável e previsível, além de uma tarifa regulada pela ANEEL, que considera a recuperação dos custos não gerenciáveis e uma margem de lucro. Entretanto, considerando (i) a necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) a necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão com a ANEEL, a Administração entende que a renovação da concessão está fora do seu controle. Em virtude dessa análise, em dezembro de 2022, a Companhia registrou provisão de perda para não recuperabilidade de parte de seus ativos diferidos no montante de R$1.634.376.

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Diferenças temporárias	Saldo em 31.12.2020	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2022
PECLD	912.892	217.180	-	1.130.072	380.336	-	1.510.408
Provisões para contingências	217.797	(49.634)	-	168.163	623.861	-	792.024
Prejuízos fiscais	66.141	214.095	-	280.236	165.668	-	445.904
Base negativa de contribuição social	26.838	77.074	-	103.912	59.640	-	163.552
Benefício Pós-Emprego (Nota 22)	1.811	-	(1.811)	-	-	71.857	71.857
Provisão para PLR	12.254	3.436	-	15.690	(9.664)	-	6.026
Outros	5.229	(2.799)	-	2.430	191.704	-	194.134
Instrumentos financeiros derivativos *swaps*	-	-	-	-	93.967	-	93.967
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	-	-	-	(1.562.519)	(71.857)	(1.634.376)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO	**1.242.962**	**459.352**	**(1.811)**	**1.700.503**	**(57.007)**	**-**	**1.643.496**
Instrumentos financeiros derivativos	(244.223)	199.343	-	(44.880)	44.880	-	-
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(576.247)	(195.239)	-	(771.486)	(13.044)	-	(784.530)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – PASSIVO	**(820.470)**	**4.104**	**-**	**(816.366)**	**31.836**	**-**	**(784.530)**

Segue abaixo o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal conforme cronograma anual de realização a seguir:

2023	2024	2025	2026	Total
82.802	101.755	168.001	1.290.938	1.643.496

8.2 Conciliação dos tributos no resultado.

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	2022	2021
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(5.633.610)	(435.780)
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	**1.915.427**	**148.165**
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as adições e exclusões permanentes	(586.389)	20.324
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários	47.612	508.304
Incentivos fiscais [a]	3.144	2.615
Provisão para Não Recuperabilidade de diferido	(1.562.519)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	**(182.725)**	**679.408**
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(157.554)	215.952
IRPJ e CSLL diferido no resultado	(25.171)	463.456
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	-3%	156%

[a] Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

Componentes financeiros	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.042	95.430	118.472	14.963	5.697	20.660
Custo de aquisição de energia	206.037	(319.661)	(113.624)	(62.283)	937.998	875.715
Encargo do Serviço do Sistema – ESS/EER	135.992	387.100	523.092	9.509	861.318	870.827
PROINFA	5.359	-	5.359	925	-	925
Transporte de energia elétrica – Itaipu	503	15.807	16.310	4.521	2.781	7.302
Transporte de energia pela rede básica	8.213	124.846	133.059	99.155	34.367	133.522
Itens da Parcela A	**379.146**	**303.522**	**682.668**	**66.790**	**1.842.161**	**1.908.951**
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS	(949.525)	-	(949.525)	(73.763)	-	(73.763)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	(62.529)	460.439	397.910	(48.629)	(108.495)	(157.124)
Neutralidade da Parcela A	(4.104)	51.900	47.796	(43.512)	(58.981)	(102.493)
Devoluções tarifárias [a]	(186.652)	856.358	669.706	(5.335)	(32.166)	(37.501)
Outros itens financeiros [b]	(87.874)	(1.472.817)	(1.560.691)	(171.904)	(162.247)	(334.151)
Itens financeiros	**(1.290.684)**	**(104.120)**	**(1.394.804)**	**(343.143)**	**(361.889)**	**(705.032)**
TOTAL	**(911.538)**	**199.402**	**(712.136)**	**(276.353)**	**1.480.272**	**1.203.919**
Ativo circulante			157.860			1.171.882
Ativo não circulante			41.542			308.390
Passivo circulante			(911.538)			(276.353)

[a] Em 31 de dezembro de 2022, o item de devoluções tarifárias em amortização é composto basicamente pela devolução do financeiro referente a escassez hídrica no montante de R$146.600 e pela redução do bônus redução de consumo no montante de R$33.374. O item de devoluções tarifárias em constituição é composto basicamente pelo conta de escassez hídrica no montante de R$763.671 e do bônus de importação no montante de R$128.169 que serão recebidos no próximo reajuste de tarifário de março de 2023.

[b] Em 31 de dezembro de 2022, a linha de outros itens financeiros em constituição é composta basicamente pela bandeira tarifária no montante de R$1.006.761 (R$1.136.729 em 31 de dezembro de 2021).

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

SALDO EM 31.12.2020	**73.719**
Constituição [a]	1.211.646
Amortização [a]	289.593
Recebimento de recursos de CCRBT [a]	(50.312)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS [b]	(374.196)
Atualização Selic (Nota 30)	53.469
SALDO EM 31.12.2021	**1.203.919**
Constituição [a]	(359.418)
Amortização [a]	818.814
Recebimento de recursos de CCRBT [a] [d]	(482.372)
Recebimento referente a importação no período de Jul/ Ago de 2021 [c]	(45.011)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS [b]	(1.846.656)
Atualização Selic (Nota 30)	(1.412)
SALDO EM 31.12.2022	**(712.136)**

[a] Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (vide Nota 28), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).
[b] Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores.
[c] Saldo referente ao custo com importação de energia elétrica nos meses de julho e agosto de 2021. A autorização de importação de energia foi uma das medidas de enfrentamento da situação de escassez hídrica.
[d] Inclui o montante de R$317.600, aportados pela Eletrobrás em 27 de julho de 2022, referente ao repasse dos recursos da CDE nos termos do inciso I do art. 4º, da Lei nº 14.182/2002. Conforme regulamentação da ANEEL, o montante será repassado para modicidade tarifária no processo tarifário subsequente.

9.1 Reajustes tarifários

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.

Em 13 de dezembro de 2022, foi aprovado pela ANEEL a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia, para aplicar os efeitos da lei nº 14.385 de 27 de junho de 2022, que determinou a devolução dos créditos de PIS/COFINS nas tarifas. Foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R$796.656. Com a aplicação da lei, a devolução dos tributos em Revisão Tarifária Extraordinária resulta em um efeito médio na tarifa de -5,89%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de dezembro de 2022.

10. OUTROS CRÉDITOS

Outros créditos	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contribuição iluminação pública	219.090	-	219.090	182.671	-	182.671
Dispêndios a reembolsar	27.914	-	27.914	31.905	-	31.905
Desativações e alienações em curso	19.132	-	19.132	22.894	-	22.894
Subvenções governamentais [a]	68.974	-	68.974	61.464	-	61.464
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	49.337	-	49.337	120.000	-	120.000
Subvenção por redução de consumo[b]	-	-	-	169.215	-	169.215
Outros	3.284	154	3.438	3.288	1.078	4.366
TOTAL	**387.731**	**154**	**387.885**	**591.437**	**1.078**	**592.515**

(a) Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

(b) Refere-se ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica (Ofício circular nº 38/2022 - SFF/ANEEL).

Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas")

Em 22 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986.

No acordo firmado, a Companhia aceitou receber R$496.000 da seguinte forma: (i) R$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R$120.000 a ser recebido durante o exercício de 2022, sendo o montante de R$70.663, concluído como dação em pagamento de ativos homologados na revisão tarifária periódica ocorrida em 14 de março de 2022.

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Ativo indenizável ao final da concessão	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2020	**6.441.567**	**(1.244.254)**	**5.197.313**
Adições [a]	1.131.895	(30.640)	1.101.255
Valor justo - atualização VNR (nota 28)	701.008	(126.777)	574.231
Baixas	(50.811)	-	(50.811)
SALDO EM 31.12.2021	**8.223.659**	**(1.401.671)**	**6.821.988**
Adições [a]	890.028	(21.354)	868.674
Valor justo - atualização VNR (nota 28)	(13.945)	52.310	38.365
Transferência para intangível [b]	-	12.900	12.900
Baixas	(44.633)	-	(44.633)
SALDO EM 31.12.2022	**9.055.109**	**(1.357.815)**	**7.697.294**

[a] Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide Nota 15).

[b] Transferência para o Intangível proveniente da alteração das taxas de depreciação de obrigações especiais que consequentemente reduziram sua vida útil. A alteração das taxas ocorreu por conta da Revisão Tarifária Periódica de 14 de março de 2022.

11.1 Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de Revisão Tarifária Periódica ("RTP"), como resultado da 5ª RTP, os itens associados ao serviço de distribuição de energia elétrica que compõem as tarifas da Companhia (destinados a cobrir custos operacionais eficientes, remuneração e depreciação dos investimentos, anuidades dos ativos não elétricos e receitas irrecuperáveis, descontados das outras receitas) homologados pela ANEEL somam R$8.275 milhões. Esses mesmos itens, que compuseram a Parcela B repassada no último Reajuste Tarifário da Companhia, ocorrido em 15 de março de 2017, somavam R$2.911 na referida data. No caso do repasse das perdas de energia, valor regulatório considerado neste processo é de 40,93% sobre o mercado de baixa tensão faturado, reduzindo ao longo do ciclo tarifário para a meta de 37,40%, em 2026. Além do recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e da redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, as novas tarifas da Companhia refletem também uma atualização dos itens da Parcela A (associados à compra de energia, aos encargos setoriais e aos custos de transmissão), bem como dos componentes financeiros.

Em 31 de março de 2022, a Companhia registrou como estimativa do Valor Justo do Ativo Indenizável da Concessão (VNR) a perda referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão, no montante de R$186.146, em contrapartida a receita operacional. Em 30 de junho de 2022, a Companhia reconheceu o montante adicional de R$13.213 como perda efetiva referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão.

12. ATIVO DE CONTRATO

Ativos de infraestrutura em construção	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2020	**1.045.400**	**(62.032)**	**983.368**
Adições	969.028	(18.944)	950.084
Transferências para intangível (nota 15)	(1.412.878)	37.680	(1.375.198)
SALDO EM 31.12.2021	**601.550**	**(43.296)**	**558.254**
Adições	1.150.682	(71.969)	1.078.713
Baixas	(8.087)	-	(8.087)
Transferências para intangível (nota 15)	(989.182)	25.062	(964.120)
SALDO EM 31.12.2022	**754.963**	**(90.203)**	**664.760**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado a rubrica de ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R$10.104 (R$17.656 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,2% ao ano.

13. INVESTIMENTOS

Investimentos	31.12.2022	31.12.2021
Avaliado a valor justo [(a)]	39.451	29.659
Bens não vinculados a atividade de concessão [(b)]	4.170	4.465
TOTAL	**43.621**	**34.124**

[(a)] A Companhia detém investimentos avaliados a valor justo nas seguintes empresas: Eletrobras, Eletronuclear, CHESF e Furnas Centrais Elétricas S.A..
[(b)] Bens não vinculados a atividade de concessão é composto por edificação que se encontra disponível para locação

14. IMOBILIZADO

Imobilizado	31.12.2022				31.12.2021
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Distribuição [a]	4,69	23.356	(20.667)	2.689	547
Administração	7,96	573.242	(368.971)	204.271	191.700
Comercialização	7,96	10.247	(9.211)	1.036	1.240
		606.845	**(398.849)**	**207.996**	**193.487**
Obrigações especiais	4,02	(398)	127	(271)	(288)
EM SERVIÇO		**606.447**	**(398.722)**	**207.725**	**193.199**
Administração		118.102	-	118.102	116.109
EM CURSO		**118.102**	**-**	**118.102**	**116.109**
TOTAL		**724.549**	**(398.722)**	**325.827**	**309.308**

[a] Imobilizado da distribuição refere-se a equipamentos que não estão vinculados a concessão.

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Imobilizado	Em serviço				Em curso	Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	
Saldo em 31.12.2020	**508.376**	**(340.709)**	**(305)**	**167.362**	**108.170**	**275.532**
Adições	-			-	76.682	76.682
Baixas	(1.387)	1.202		(185)	(1)	(186)
Depreciação		(28.940)	17	(28.923)	-	(28.923)
Transferências entre curso e serviço	51.881			51.881	(51.881)	-
Transferências do / (para o) intangível	3.064			3.064	(16.861)	(13.797)
Saldo em 31.12.2021	**561.934**	**(368.447)**	**(288)**	**193.199**	**116.109**	**309.308**
Adições	-	-	-	-	75.889	75.889
Baixas	(299)	272	-	(27)	-	(27)
Depreciação	-	(30.674)	17	(30.657)	-	(30.657)
Transferências entre curso e serviço	42.844	-	-	42.844	(42.844)	-
Transferências do / (para o) intangível	2.366	-	-	2.366	(31.052)	(28.686)
Saldo em 31.12.2022	**606.845**	**(398.849)**	**(271)**	**207.725**	**118.102**	**325.827**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros.

14.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%
Banco de capacitores	6,67	Edificações	3,33
Chave de distribuição	6,67	Equipamento geral	6,25
Condutor do sistema	3,57	Veículos	14,29
Disjuntor	3,03		
Edificações	3,33		
Estrutura do sistema	3,57		
Medidor	7,69		
Regulador de tensão	4,35		
Religador	4,00		
Transformador	4,00		

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

15. INTANGÍVEL

Intangível	31.12.2022			31.12.2021
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	8.814.697	(6.755.652)	2.059.045	2.455.780
Outros [a]	1.272.943	(1.034.481)	238.462	190.089
	10.087.640	**(7.790.133)**	**2.297.507**	**2.645.869**
Obrigações especiais	(799.084)	472.115	(326.969)	(353.088)
EM SERVIÇO	**9.288.556**	**(7.318.018)**	**1.970.538**	**2.292.781**
Outros [a]	178.571	-	178.571	163.079
EM CURSO	**178.571**	**-**	**178.571**	**163.079**
TOTAL	**9.467.127**	**(7.318.018)**	**2.149.109**	**2.455.860**

[a] Inclui, basicamente, softwares e licenças

Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Intangível	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31.12.2020	**9.499.516**	**(6.797.802)**	**(397.042)**	**2.304.672**	**154.638**	**-**	**154.638**	**2.459.310**
Adições	-	-	-	-	133.626	(12.811)	120.815	120.815
Baixas	(223.204)	331.713	-	108.509	-	-	-	108.509
Amortização		(584.319)	63.805	(520.514)	-	-	-	(520.514)
Transferências entre curso e serviço	121.894	-	(12.811)	109.083	(121.894)	12.811	(109.083)	-
Transferências do / (para o) imobilizado	17.088	-	-	17.088	(3.291)	-	(3.291)	13.797
Transferências do ativo de contrato	1.412.878	-	(37.680)	1.375.198	-	-	-	1.375.198
Transferências para o ativo financeiro da concessão [a]	(1.131.895)	-	30.640	(1.101.255)	-	-	-	(1.101.255)
Saldo em 31.12.2021	**9.696.277**	**(7.050.408)**	**(353.088)**	**2.292.781**	**163.079**	**-**	**163.079**	**2.455.860**
Adições	-	-	-	-	121.964	(26.094)	95.870	95.870
Baixas	(96.774)	79.753	-	(17.021)	-	-	-	(17.021)
Amortização	-	(636.316)	68.821	(567.495)	-	-	-	(567.495)
Transferências de outros créditos (Acordo Furnas - Nota 10)	253.825	(183.162)	-	70.663	-	-	-	70.663
Transferências entre curso e serviço	104.106	-	(26.094)	78.012	(104.106)	26.094	(78.012)	-
Transferências do (para o) imobilizado (Nota 14)	31.052	-	-	31.052	(2.366)	-	(2.366)	28.686
Transferências do ativo de contrato (Nota 12)	989.182	-	(25.062)	964.120	-	-	-	964.120
Transferências para o ativo financeiro da concessão (Nota 11) [a]	(890.028)	-	21.354	(868.674)	-	-	-	(868.674)
Transferências do ativo financeiro da concessão (Nota 11) [b]	-	-	(12.900)	(12.900)	-	-	-	(12.900)
Saldo em 31.12.2022	**10.087.640**	**(7.790.133)**	**(326.969)**	**1.970.538**	**178.571**	**-**	**178.571**	**2.149.109**

[a] Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 12.

16. FORNECEDORES

Fornecedores	31.12.2022	31.12.2021
Comercialização no mercado de curto prazo	58.159	237.945
Encargos de uso da rede elétrica	134.577	105.250
Energia livre - ressarcimento às geradoras [a]	133.936	119.169
Leilões de energia	336.373	525.331
Itaipu binacional	250.285	367.675
UTE Norte Fluminense	293.903	383.722
Materiais e serviços	245.552	309.242
TOTAL	**1.452.785**	**2.048.334**

[a] A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela Selic.

17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Tributos e contribuições a pagar	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar [a]	93.734	140.946	234.680	246.287	155.346	401.633
Parcelamento - Lei 11.941/09	22.635	20.497	43.132	23.295	44.259	67.554
Outros	11.064	-	11.064	6.823	-	6.823
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	**127.433**	**161.443**	**288.876**	**276.405**	**199.605**	**476.010**
IRRF a pagar	238	-	238	120	-	120
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	**238**	**-**	**238**	**120**	**-**	**120**
TOTAL	**127.671**	**161.443**	**289.114**	**276.525**	**199.605**	**476.130**

[a] O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador	Circulante			Não circulante	Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	31.12.2022	31.12.2021
TN - Par Bond	-	2.623	2.623	203.070	205.693	219.995
TN - Caução - Par Bond	-	-	-	(191.899)	(191.899)	(207.905)
TN - Discount Bond	-	780	780	141.696	142.476	151.957
TN - Caução - Discount Bond	-	-	-	(134.742)	(134.742)	(144.759)
4131 Citibank 2021	-	56	56	208.708	208.764	223.229
Bonds 2021	-	3.297	3.297	2.087.080	2.090.377	2.235.727
Subtotal - Moeda estrangeira	**-**	**6.756**	**6.756**	**2.313.913**	**2.320.669**	**2.478.244**
Custo de Captação	-	-	-	(21.568)	(21.568)	(27.730)
Custos - Moeda estrangeira	**-**	**-**	**-**	**(21.568)**	**(21.568)**	**(27.730)**
MOEDA ESTRANGEIRA – TOTAL	**-**	**6.756**	**6.756**	**2.292.345**	**2.299.101**	**2.450.514**
FINEP - Inovação e Pesquisa	-	-	-	-	-	9.681
Nota Promissória - 5ª NP	-	-	-	-	-	110.065
FIDC 2018 Série A	227.674	2.142	229.816	121.939	351.755	559.913
FIDC 2018 Série B	103.494	379	103.873	51.747	155.620	244.970
Cotas Subordinadas FIDC	-	-	-	(34.789)	(34.789)	(35.050)
Retenção FIDC	(31.424)	-	(31.424)	-	(31.424)	(30.016)
Fianças bancárias diversas	-	70	70	-	70	64
Subtotal - Moeda nacional	**299.744**	**2.591**	**302.335**	**138.897**	**441.232**	**859.627**
Custo de Captação	(6.840)	-	(6.840)	(3.420)	(10.260)	(19.092)
Custos - Moeda nacional	**(6.840)**	**-**	**(6.840)**	**(3.420)**	**(10.260)**	**(19.092)**
MOEDA NACIONAL – TOTAL	**292.904**	**2.591**	**295.495**	**135.477**	**430.972**	**840.535**
TOTAL	**292.904**	**9.347**	**302.251**	**2.427.822**	**2.730.073**	**3.291.049**

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2022:

Financiador	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a [a]	Taxa efetiva [a]	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	29.04.1996	*US$*	USD + 6,00%	6,80%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Par Bond	29.04.1996	*US$*	U$ Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
TN - Discount Bond	29.04.1996	*US$*	Libor 6M + 0,8125%	5,95%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Discount Bond	29.04.1996	*US$*	U$ Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
4131 Citibank 2021	29.09.2021	*US$*	CDI + 1,85%	14,47%	Única	mar/25	mar/25
Bonds 2021	18.06.2021	*US$*	143,43% CDI	17,77%	Única	jun/26	jun/26
FINEP - Inovação e Pesquisa	16.04.2014	*R$*	0,04	4,00%	Mensal	mai/16	mai/22
Nota Promissória - 5ª NP Sesa	27.12.2019	*R$*	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	dez/20	dez/22
FIDC 2018 Série A	04.04.2018	*Real*	CDI + 1,20%	13,74%	Mensal	jul/19	jun/24
FIDC 2018 Série B	04.04.2018	*Real*	IPCA + 5,75%	11,87%	Mensal	jul/19	jun/24

[a] Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de *swap*.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

- Em 17 de outubro de 2022 houve a liquidação da 13ª emissão de debêntures, série única da Companhia no valor de R$ 599.662 mais juros devidos.

- Em 17 de outubro de 2022 houve a liquidação da 15ª emissão de debêntures, 2ª série da Companhia no valor de R$ 80.000 mais juros devidos.

- Em 17 de outubro de 2022 houve a liquidação da 17ª emissão de debêntures, 1ª série da Companhia no valor de R$ 500.400 mais juros devidos.

- Em 26 de dezembro de 2022 houve a quitação da 5ª nota promissória, 3ª série da Companhia no valor de R$ 100.000 mais juros devidos.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da controladora Light S.A.. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da Companhia, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos, têm avais, fianças ou garantias corporativas da controladora Light S.A, no montante de R$2.299.141 (R$2.446.699 em 31 de dezembro de 2021).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação, e os custos com *fees* de *covenants (waivers)* têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.2022			31.12.2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2023	-	-	-	325.401	-	325.401
2024	138.897	18.125	157.022	135.754	16.074	151.828
2025	-	208.708	208.708	-	223.220	223.220
2026	-	2.087.080	2.087.080	-	2.232.200	2.232.200
TOTAL	**138.897**	**2.313.913**	**2.452.810**	**461.155**	**2.471.494**	**2.932.649**

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2022	31.12.2021
Variação do exercício		
USD - Dólar Americano	-6,50%	7,39%
Acumulado do exercício		
IGP-M	5,46%	17,79%
IPCA	5,78%	10,06%
SELIC	12,39%	4,39%
CDI	12,39%	4,39%
TJLP	7,20%	5,32%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Movimentação dos empréstimos e financiamentos	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	**3.265.468**	**31.230**	**3.296.698**
Captações	2.230.760	-	2.230.760
Variação monetária e cambial	265.480	-	265.480
Encargos financeiros provisionados	-	248.016	248.016
Encargos financeiros pagos	-	(260.673)	(260.673)
Amortização do principal	(2.484.638)	-	(2.484.638)
Custo de captação	24.702	-	24.702
Amortização do custo de captação	(30.565)	-	(30.565)
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(351)	-	(351)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
SALDO EM 31.12.2021	**3.270.856**	**20.193**	**3.291.049**
Variação monetária e cambial	(147.790)	-	(147.790)
Encargos financeiros provisionados	-	198.778	198.778
Encargos financeiros pagos	-	(209.624)	(209.624)
Amortização do principal	(416.187)	-	(416.187)
Amortização do custo de captação	14.994	-	14.994
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(1.147)	-	(1.147)
SALDO EM 31.12.2022	**2.720.726**	**9.347**	**2.730.073**

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees* de *covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de captação	Saldos a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldos a amortizar em 31.12.2021	Amortização do custo	Saldos a amortizar em 31.12.2022
BNDES – Capex	4.045	-	(4.045)	-	-	-
Nota Promissória - 5ª NP	3.985	-	(1.992)	1.993	(1.993)	-
FIDC 2018	23.940	-	(6.841)	17.099	(6.840)	10.259
Bonds 2018	8.989	-	(8.989)	-	-	-
Bonds 2019	-	30.565	(2.835)	27.730	(6.162)	21.568
TOTAL	**40.959**	**30.565**	**(24.702)**	**46.822**	**(14.995)**	**31.827**

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um d*os covenants* financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants).* Já os Bonds possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants)*. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos contratualmente.

19. DEBÊNTURES

Emissão	Circulante			Não Circulante		Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures 8ª Emissão	39.198	1.659	40.857	117.500	117.500	158.357	197.288
Debêntures 9ª Emissão Série B	116.355	854	117.209	-	-	117.209	222.044
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	-	-	-	583.657
Debêntures 15ª Emissão Série 1	-	9.572	9.572	684.261	684.261	693.833	657.242
Debêntures 15ª Emissão Série 2	-	-	-	-	-	-	81.653
Debêntures 16ª Emissão Série 1	-	-	-	-	-	-	134.875
Debêntures 16ª Emissão Série 2	211.475	12.431	223.906	211.475	211.475	435.381	430.845
Debêntures 16ª Emissão Série 3	-	1.850	1.850	62.500	62.500	64.350	63.680
Debêntures 17ª Emissão Série 1	-	-	-	-	-	-	510.003
Debêntures 17ª Emissão Série 2	25.000	1.522	26.522	25.000	25.000	51.522	50.986
Debêntures 17ª Emissão Série 4	-	1.949	1.949	183.659	183.659	185.608	175.809
Debêntures 19ª Emissão	-	15.891	15.891	604.390	604.390	620.281	587.544
Debêntures 20ª Emissão	-	13.647	13.647	722.843	722.843	736.490	697.464
Debêntures 21ª Emissão	119.988	26.284	146.272	240.012	240.012	386.284	374.897
Debêntures 22ª Emissão	-	9.914	9.914	1.029.392	1.029.392	1.039.306	984.415
Debêntures 23ª Emissão Série 1	-	7.965	7.965	263.500	263.500	271.465	267.147
Debêntures 23ª Emissão Série 2	-	8.284	8.284	268.500	268.500	276.784	272.331
Debêntures 24ª Emissão	-	40.111	40.111	1.300.000	1.300.000	1.340.111	-
Debêntures 25ª Emissão	-	222	222	50.308	50.308	50.530	-
Subtotal – Debêntures	**512.016**	**152.155**	**664.171**	**5.763.340**	**5.763.340**	**6.427.511**	**6.291.880**
Custo de captação	(23.949)	-	(23.949)	(53.222)	(53.222)	(77.171)	(89.243)
Custo fee de covenants	(785)	-	(785)	(1.005)	(1.005)	(1.790)	(3.111)
Custos – Debêntures	**(24.734)**	**-**	**(24.734)**	**(54.227)**	**(54.227)**	**(78.961)**	**(92.354)**
TOTAL	**487.282**	**152.155**	**639.437**	**5.709.113**	**5.709.113**	**6.348.550**	**6.199.526**

Segue quadro abaixo com as condições contratuais das debêntures existentes em 31 de dezembro de 2022:

Emissão	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	31.12.2022	Término
8ª Emissão	24.08.2012	R$	CDI + 1,18%	13,72%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
9ª Emissão Série B	15.06.2013	R$	IPCA + 5,74%	11,86%	Anual	Mai/2020	Mai/2023
13ª Emissão	01.11.2017	R$	IPCA + 7,44%	N/A	Única	Out/2022	Out/2022
15ª Emissão Série 1	12.09.2018	R$	IPCA + 6,83%	13,01%	Anual	Out/2024	Out/2025
15ª Emissão Série 2	12.09.2018	R$	CDI + 2,20%	N/A	Anual	Out/2021	Out/2022
16ª Emissão Série 1	26.04.2019	R$	CDI + 0,90%	N/A	Única	Abr/2022	Abr/2022
16ª Emissão Série 2	26.04.2019	R$	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	Abr/2023	Abr/2024
16ª Emissão Série 3	26.04.2019	R$	CDI + 1,35%	13,91%	Única	Abr/2025	Abr/2025
17ª Emissão Série 1	11.10.2019	R$	CDI + 1,50%	N/A	Única	Out/2022	Out/2022
17ª Emissão Série 2	11.10.2019	R$	CDI + 1,75%	14,36%	Anual	Out/2023	Out/2024
17ª Emissão Série 4	11.10.2019	R$	IPCA + 5,25%	11,34%	Anual	Out/2025	Out/2026
19ª Emissão	15.07.2020	R$	IPCA + 5,8%	11,92%	Única	Jul/2025	Jul/2025
20ª Emissão	14.08.2020	R$	IPCA + 5,0867%	11,17%	Única	Ago/2025	Ago/2025
21ª Emissão	09.02.2021	R$	CDI + 2,60%	15,31%	Anual	Jan/2023	Jan/2025
22ª Emissão	05.04.2021	R$	IPCA + 4,7543% a.a.	10,81%	Anual	Abr/2029	Abr/2031
23ª Emissão Série 1	15.10.2021	R$	CDI + 1,65%	14,24%	Anual	Out/2024	Out/2026
23ª Emissão Série 2	15.10.2021	R$	CDI + 1,95%	14,58%	Anual	Out/2027	Out/2028
24ª Emissão	25.03.2022	R$	CDI + 1,95%	14,58%	Única	Abr/2024	Abr/2024
25ª Emissão CRI	30.11.2022	R$	IPCA+7,1773% a.a.	13,38%	Anual	Nov/2028	Nov/2029

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

- Em 26 de abril de 2022, foi realizada a 24ª emissão de debêntures da Companhia em série única no montante de R$1.300.000, com vencimento em dois anos, amortização em parcela única e remuneração de CDI + 1,95% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures foram utilizados para reforço de capital de giro e pagamento das dívidas vincendas.

- Em 08 de dezembro de 2022, foi liquidada a emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Virgo Securitizadora S.A. ("CRI"), lastreada em recebíveis decorrentes da 25ª emissão de debêntures privadas da Companhia, no montante de R$50.000, com vencimento em sete anos, amortização nos últimos dois anos e remuneração de IPCA + 7,1773% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures serão utilizados para reembolso de gastos de natureza imobiliária e custos já incorridos e a incorrer de contratos de aluguéis, conforme definido em escritura.

Em 31 de dezembro de 2022, a totalidade das debêntures da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da controladora Light S.A..

As parcelas relativas ao principal das debêntures classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees* de *covenants* (*waivers*), têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.2022
2024	2.125.578
2025	2.070.702
2026	218.861
2027	134.250
2028	159.404
Após 2028	1.054.545
TOTAL	**5.763.340**

Seguem abaixo as movimentações das debêntures ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Movimentação de debêntures	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	**5.198.125**	**60.223**	**5.258.348**
Debêntures emitidas	1.808.381	-	1.808.381
Variação monetária e cambial	345.236	-	345.236
Encargos financeiros provisionados	-	306.229	306.229
Encargos financeiros pagos	-	(275.621)	(275.621)
Amortização do principal	(1.246.015)	-	(1.246.015)
Custo de emissão	(39.690)	-	(39.690)
Amortização do custo de emissão	26.621	-	26.621
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	16.037	16.037
SALDO EM 31.12.2021	**6.092.658**	**106.868**	**6.199.526**
Debêntures emitidas	1.350.000	-	1.350.000
Variação monetária e cambial	207.248	-	207.248
Encargos financeiros provisionados	-	629.003	629.003
Encargos financeiros pagos	-	(593.821)	(593.821)
Amortização do principal	(1.466.903)	-	(1.466.903)
Custo de emissão	(14.689)	-	(14.689)
Amortização do custo de emissão	28.082	-	28.082
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	10.104	10.104
SALDO EM 31.12.2022	**6.196.396**	**152.154**	**6.348.550**

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees* de *covenants* (*waivers*). Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão	Saldos a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldos a amortizar em 31.12.2021	Custo	Amortização do custo	Saldos a amortizar em 31.12.2022
8ª Emissão	2.919	-	(531)	2.388	-	(531)	1.857
9ª Emissão A	1.454	-	(1.454)	-	-	-	-
9ª Emissão B	3.623	-	(1.482)	2.141	-	(1.482)	659
13ª Emissão	7.436	-	(4.055)	3.381	-	(3.381)	-
15ª Emissão	26.879	-	(5.978)	20.901	-	(5.452)	15.449
16ª Emissão	2.464	-	(570)	1.894	-	(568)	1.326
17ª Emissão	5.662	-	(2.407)	3.255	-	(2.068)	1.187
18ª Emissão	1.857	-	(1.857)	-	-	-	-
19ª Emissão	14.177	-	(3.093)	11.084	-	(3.093)	7.991
20ª Emissão	12.814	-	(2.746)	10.068	-	(2.746)	7.322
21ª Emissão	-	3.775	(785)	2.990	-	(970)	2.020
22ª Emissão	-	33.576	(1.634)	31.942	-	(3.422)	28.520
23ª Emissão	-	2.338	(28)	2.310	537	(374)	2.473
24ª Emissão	-	-	(28)	-	12.300	(3.997)	8.303
25ª Emissão	-	-	-	-	1.852	-	1.852
TOTAL	**79.285**	**39.689**	**(26.648)**	**92.354**	**14.689**	**(28.084)**	**78.959**

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para contingências com prognóstico provável e as provisões para honorários de êxito:

Provisões	31.12.2022			31.12.2021		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	99.475	356	99.831	90.944	428	91.372
Cíveis	721.454	63.312	784.766	179.226	68.092	247.318
Fiscais	182.659	33.047	215.706	75.592	27.353	102.945
Regulatórias	46.466	-	46.466	52.963	-	52.963
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	2.742.784	-	2.742.784	-	-	-
TOTAL	**3.792.838**	**96.715**	**3.889.553**	**398.725**	**95.873**	**494.598**

20.1 Provisões para contingências

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão compostas da seguinte forma:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	Total
SALDO EM 31.12.2020	**98.001**	**208.491**	**170.959**	**50.719**	**-**	**528.170**
Adições	10.886	206.438	-	-	-	217.324
Atualizações	-	8.923	914	2.244	-	12.081
Baixas por pagamentos	(11.205)	(240.399)	(89.484)	-	-	(341.088)
Baixas por reversões	(6.738)	(4.227)	(6.797)	-	-	(17.762)
SALDO EM 31.12.2021	**90.944**	**179.226**	**75.592**	**52.963**	**-**	**398.725**
Adições	30.768	822.796	73.118	56.509	1.081.068	2.064.259
Atualizações	19.058	19.628	80.181	1.678	1.661.716	1.782.261
Baixas por pagamentos	(15.067)	(288.391)		(7.414)	-	(310.872)
Baixas por reversões	(26.228)	(11.805)	(46.232)	(4.995)	-	(89.260)
Transferência para outros débitos	-	-	-	(52.275)	-	(52.275)
SALDO EM 31.12.2022	**99.475**	**721.454**	**182.659**	**46.466**	**2.742.784**	**3.792.838**

Em 31 de dezembro de 2022, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R$219.093 (R$217.160 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$58.343 (R$45.363 em 31 de dezembro de 2021) referem-se às causas com provisão constituída.

Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Depósitos vinculados a litígios	31.12.2022		31.12.2021	
	Depósito Judiciais	Provisões com depósitos Judiciais	Depósito Judiciais	Provisões com depósitos Judiciais
Trabalhistas	44.571	14.677	49.385	15.184
Cíveis	103.657	7.431	101.738	4.035
Fiscais	70.865	36.235	66.037	26.144
TOTAL	**219.093**	**58.343**	**217.160**	**45.363**

20.1.1 Provisões trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Funcionários próprios	49.863	49.038
Funcionários terceirizados	49.612	41.906
TOTAL	**99.475**	**90.944**

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

20.1.2 Provisões cíveis

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia concluiu a revisão metodológica do processo de reconhecimento de provisões para contingências do cível massivo e de processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade ("TOI") de modo a trazer uma representação mais acurada, frente a uma mudança de comportamento do judiciário relacionados aos processos e o tempo médio de processamento dos mesmos.

Desse modo, a Administração da Companhia entende que a mudança na apuração da provisão para contingências do cível massivo e dos processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade trará melhor tempestividade a contabilização, consonantes a mudança de comportamento que vem sendo observada no tempo médio de encerramento dos processos e nos tickets médios dos processos encerrados. O impacto da revisão metodológica no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi no montante de R$379.000.

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Ações Cíveis [a]	661.037	142.022
Juizado Especial Cível [b]	52.386	28.558
Plano Cruzado [c]	8.031	8.646
TOTAL	**721.454**	**179.226**

(a) Provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia é ré, e possui prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R$747.120, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. O recurso da Companhia em sede de execução foi julgado procedente em 22 de março de 2022 tendo a decisão homologatória do laudo pericial sido anulada, e determinado o retorno dos autos para a fase pericial. A CSN entrou com alguns recursos que foram rejeitados, restante pendente de julgamento o AREsp da CSN que foi autuado no STJ sob o nº 2269679. A exposição do risco provável para a Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$99.273 (R$90.588 em 31 de dezembro de 2021).

(a) As ações Cíveis e de Juizado Especial Cível, que envolvem discussões quanto às relações de consumo, tais como termo de ocorrência de irregularidade (TOI), interrupção da prestação do serviço, questionamentos referentes a fatura de energia elétrica, suspensão do fornecimento de energia por inadimplência, transferência de titularidade, negativação e queima de equipamentos, o provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 93,9% da quantidade total de processos provisionados do Juizado Especial Cível, e aproximadamente 90,6% da quantidade total de processos provisionados da vara Cível.

(b) São ações movidas contra a Companhia relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei nº 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da Companhia no período em que houve o congelamento dos preços.

20.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
ICMS – Créditos homologados [a]	28.641	46.232
LIR/LOI - Embargos à Execução	105.413	-
Outros	48.605	29.360
TOTAL	**182.659**	**75.592**

(a) A Companhia provisionou o montante de R$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Companhia de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. Em 31 de dezembro de 2022, o débito é de R$638.602 (R$620.330 em 31 de dezembro de 2021). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo se encerrou em junho de 2015 com decisão desfavorável a Companhia. Esta contingência foi judicializada e atualmente aguarda-se julgamento dos Agravos em Recursos Especiais interpostos tanto pela Companhia, quanto pelo Estado do Rio de Janeiro em face do acórdão que manteve a cobrança do principal e excluiu a cobrança da correção monetária e dos juros de mora. Em agosto de 2022, a Companhia reavaliou a provisão e o montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R$28.641.

(b) **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** - A discussão está relacionada ao método de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, dado que a Companhia defendia, por meio de Mandado de Segurança, que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a Companhia desistiu integralmente do Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial ("MEP") e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia quanto aos exercícios de 2004 a 2009, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que teve decisão desfavorável de mérito no STJ, além de ter sido revogada a tutela obtida pela Companhia que suspendia a substituição da garantia apresentada nos autos (apólice de seguro) por depósito judicial. Em junho de 2022, a Companhia provisionou o montante de R$103.157 em razão da decisão do STJ que julgou improcedente o seu Recurso Especial. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado é de R$105.413.

20.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- Em 25 de outubro de 2022, a Companhia recebeu o despacho nº 3.089/2022 no qual a ANEEL deliberou que a distribuidora deverá providenciar a devolução em dobro das quantias pagas a maior por 26.562 unidades consumidoras condominiais entre janeiro de 2011 e agosto de 2012, em razão de reclassificação dessas unidades de tipo "Administração condominial" da classe Residencial para Comercial após o prazo regulatório previsto. Os valores originalmente cobrados a maior já foram integralmente devolvidos pela Companhia. Em 17 de novembro de 2022, a Companhia ingressou com Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente, obtendo decisão favorável, que suspende os efeitos do item II do despacho recebido. A Administração da Companhia, baseada na opinião dos seus assessores legais, entende que parte do desembolso de caixa por parte da Companhia determinado pelo despacho nº 3.089/2022 possui os prognósticos de perda provável e, em dezembro de 2022, reconheceu o montante de R$45.900 referente a esta parcela. Baseada na opinião dos seus assessores legais, a Administração entende que a parte remanescente do desembolso de caixa por parte da Companhia determinado pelo despacho nº 3.089/2022 possui os prognósticos de perda possível e, portanto, não foi provisionado.

- A Companhia foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R$37.069, por meio do Despacho nº 1.173/2022. Em 18 de maio de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R$7.414, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 36 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022.

- A Companhia foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R$16.659, por meio do Ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Em 27 de setembro de 2022, foi proferida a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL para o pagamento de R$16.650. A Companhia efetuou o pagamento de R$1.592, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022

20.1.5 Crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor

Conforme detalhado na nota explicativa 1.2, a Companhia reconheceu uma estimativa de contingência passiva relativa os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores referentes ao crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor.

20.2 Provisões de honorários de êxito

A Administração da Companhia reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2020	**383**	**81.515**	**30.011**	**500**	**112.409**
Adições	159	15.894	2.248	-	18.301
Atualizações	32	5.961	3.668	-	9.661
Baixas por pagamentos	(68)	(30.937)	(734)	(500)	(32.239)
Baixas por reversões	(78)	(4.341)	(7.840)	-	(12.259)
SALDO EM 31.12.2021	**428**	**68.092**	**27.353**	**-**	**95.873**
Adições	56	1.895	3.928	-	5.879
Atualizações	13	4.154	3.771	-	7.938
Baixas por pagamentos	(58)	(7.307)	(1.765)	-	(9.130)
Baixas por reversões	(83)	(3.522)	(240)	-	(3.845)
SALDO EM 31.12.2022	**356**	**63.312**	**33.047**	**-**	**96.715**

21. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Contingências	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo	Quantidade de Processos [a]	Saldo	Quantidade de Processos [a]
Cíveis	1.375.392	870	1.317.602	42.504
Trabalhistas	403.148	1.226	356.418	1.260
Fiscais	10.130.060	852	8.728.033	799
TOTAL	**11.908.600**	**2.948**	**10.402.053**	**44.563**

[a] Não auditado pelos auditores independentes

21.1 Cíveis

- A Companhia possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A Companhia figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R$647.848 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total referente às ações é de R$938.538 (R$812.955 em 31 de dezembro de 2021).

- A Companhia possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à Companhia. A Companhia e CSN se se manifestaram sobre esclarecimentos do perito e o processo foi remetido ao Juiz em 07 de junho de 2022. Em 17 de outubro de 2022, foi proferida Sentença que julgou totalmente improcedentes os pedidos da CSN, acolhendo os argumentos da Companhia e do laudo pericial de engenharia, quanto à inexistência de responsabilidade da Companhia pelos eventos indicados.

A CSN opôs Embargos de Declaração. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R$138.244 (R$111.104 em 31 de dezembro de 2021).

- A Companhia também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. A Light aguarda o julgamento de seu recurso em trâmite no STJ que objetiva impedir o processamento e julgamento da Ação Rescisória. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R$390.254 (R$317.169 em 31 de dezembro de 2021).

21.2 Fiscais

- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais** – A Companhia possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da Companhia. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da Companhia; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário;

  A Companhia também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respetivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R$5.832.296 (R$5.316.345 em 31 de dezembro de 2021).

- **ICMS perdas comerciais –** A Companhia possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECP e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R$882.765 (R$952.562 em 31 de dezembro de 2021).

- **ICMS sobre subvenções do programa federal denominado "Baixa Renda" –** A Companhia possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais e três autuações fiscais com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à Companhia SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R$1.364.445 (R$367.190 em 31 de dezembro de 2021).

- **IN 86** – A Companhia foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R$497.695 (R$473.958 em 31 de dezembro de 2021).

- **LIR/LOI - IRPJ/CSLL -** A Companhia possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a Companhia desistiu integralmente do Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial ("MEP") e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R$454.406 (R$453.953 em 31 de dezembro de 2021).

- **Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro ("FEEF") –** A Companhia possui três autuações em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As três autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela Companhia por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R$140.812 (R$119.337 em 31 de dezembro de 2021).

- **Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos) -** Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela Companhia com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R$303.857 (R$281.150 em 31 de dezembro de 2021).

- **Despachos decisórios (52 processos)** – Despachos decisórios proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela Companhia, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R$205.964 (R$197.295 em 31 de dezembro de 2021).

- **Não homologação de compensações –** A companhia discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A companhia apresentou Embargos à Execução que foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração apresentados pela Cia. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R$62.968 (R$59.966 em 31 de dezembro de 2021).

21.3 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R$192.712 (R$184.708 em 31 de dezembro de 2021).

- **Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros ("ACP") - 0100742-05.2018.5.01.0081:** O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos a morais, bem como, obrigação para que a Companhia se abstenha de praticar tal ato. A sentença prolatada em junho de 2022 foi pela improcedência dos pedidos. Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R$52.366 (R$52.366 em 31 de dezembro de 2021).

- **Ação Civil Pública Acidente de Trabalho Fatal com Terceiro ("ACPCiv") 0100809-47.2022.5.01.0010:** Trata-se de Ação Civil Pública Cível com pedido de tutela de evidência visando que os réus, Light e Consorcio Rio Energia, comprovem nos autos que após o acidente de trabalho que resultou no falecimento de um funcionário, tomou as medidas cabíveis a evitar novos acidentes, observando as normas de segurança e medicina do trabalho. Fase instrutória. Sem data de audiência de instrução designada. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R$51.010. (R$0 em 31 de dezembro de 2021).

22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

22.1 Plano de pensão

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo: (i) benefício definido; (ii) benefício misto e (iii) contribuição definida.

Os planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.

(i) Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

(ii) Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Pano C Novo.

(iii) Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R$4.155 (R$4.340 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

22.2 Plano de saúde

As empresas do Grupo Light oferecem a seus funcionários e ex-colaboradores o benefício de assistência médica através da operadora Bradesco Saúde na modalidade de pré-pagamento. Nesse tipo de modalidade, a Companhia efetua o repasse das contribuições à operadora de acordo com uma tabela de preços pré-estabelecida por número de vidas (incluindo empregados e inválidos, titulares e dependentes). Da mesma forma, os aposentados e seus dependentes efetuam diretamente à operadora o recolhimento de suas contribuições individuais, também com base na mesma tabela de preços pré-estabelecida.

22.3 Avaliação atuarial

A Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

As informações atuariais são conforme abaixo:

Informações atuariais	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais	(2.856.310)	(274.537)	(3.130.848)	(3.029.725)	-	(3.029.725)
Valor justo dos ativos do plano	2.945.941	-	2.945.941	3.035.994	-	3.035.994
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(89.631)	-	(89.630)	(6.269)	-	(6.269)
PASSIVO LÍQUIDO	**-**	**(274.537)**	**(274.537)**	**-**	**-**	**-**

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano	Plano de pensão
SALDO EM 31.12.2020	**3.479.197**
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	215.695
Perdas atuariais nos ativos do plano	(382.027)
Contribuições da patrocinadora	320
Contribuições dos participantes	102
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(277.293)
SALDO EM 31.12.2021	**3.035.994**
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	256.635
Perdas atuariais nos ativos do plano	(51.335)
Contribuições da patrocinadora	301
Contribuições dos participantes	95
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(295.749)
SALDO EM 31.12.2022	**2.945.941**

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação	Plano de Pensão	Plano de saúde	Total
SALDO EM 31.12.2020	**3.445.872**	**-**	**3.445.872**
Custo do serviço corrente	(214)	-	(214)
Juros sobre a obrigação atuarial	213.405	-	213.405
Contribuições de participantes	102	-	102
Perdas atuariais reconhecidas	(352.147)	-	(352.147)
Benefícios pagos	(277.293)	-	(277.293)
SALDO EM 31.12.2021	**3.029.725**	**-**	**3.029.725**
Custo do serviço corrente	386	-	386
Custo de serviço passado	-	63.194	63.194
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	256.059	-	256.059
Contribuições dos participantes	95	-	95
Perda/Ganho atuarial reconhecidas	(134.206)	225.971	91.765
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(295.749)	(14.628)	(310.377)
SALDO EM 31.12.2022	**2.856.310**	**274.537**	**3.130.847**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Light SESA	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Custo do serviço corrente	386	-	**386**	(214)	-	**(214)**
Custo de serviço passado	-	63.193	**63.193**	-	-	**-**
Juros sobre as obrigações atuariais	256.059	-	**256.059**	213.405	-	**213.405**
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(256.635)	-	**(256.635)**	(215.695)	-	**(215.695)**
Ajuste de atualização de dívida Braslight	190	-	**190**	2.504	-	**2.504**
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	**-**	**63.193**	**63.193**	**-**	**-**	**-**

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Light SESA	2023	
	Plano de pensão	Plano de saúde
Custo do serviço corrente	129	5.035
Juros sobre as obrigações atuariais	318.219	27.406
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	10.504	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	(328.747)	-
Estimativa de despesa em 2023	**105**	**32.441**

As principais categorias de ativos do plano de pensão, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Light SESA	31.12.2022	31.12.2021
Renda fixa	89,69%	83,58%
Renda variável	2,72%	11,64%
Investimentos estruturados	1,26%	1,00%
Imóveis	2,21%	2,29%
Empréstimos e financiamentos	1,83%	1,67%
Outros realizáveis	2,53%	0,05%
Provisões contingências	-0,24%	-0,23%
	100,00%	**100,00%**

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R$51.335 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (perda de R$382.027 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R$274.537 (reconhecido líquido de impostos no montante de R$181.194) em decorrência da avaliação atuarial de plano de saúde dos participantes aposentados. A Companhia não reconheceu imposto por conta da expectativa de não recuperabilidade desse ativo diferido.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida em outros resultados abrangentes:

SALDO EM 31.12.2021	**-**
Reconhecimento no resultado abrangente	211.344
Custo reconhecido no resultado (DRE)	63.193
SALDO EM 31.12.2022	**274.537**

22.4 Premissas atuariais

22.4.1 Plano de pensão

Plano de pensão	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto	11,71%(A/B) e 11,75%(C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,71%(A/B) e 11,75%(C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa anual de inflação	5,31%	3,40%
Taxa de crescimento salarial nominal	7,42%	5,99%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	5,31%	3,40%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade [(a)]	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	923	1.016
Participantes aposentados e pensionistas	5.034	5.250

[(a)] Tábua sem agravamento

22.4.2 Plano de saúde

Plano de saúde	31.12.2022
Taxa de desconto	9,90%
Taxa anual de inflação	3,50%
Taxa de crescimento de custos médicos	7,38%
Tábua geral de Mortalidade	BR-EMS 2010
Entradas de Invalidez	Light Fraca suavizada em 20%.
Participantes ativos	4.402
Idade média	39,23
Participantes aposentados e pensionistas	2.241
Idade média de funcionários aposentados	66,97

22.5 Análise de sensibilidade

22.5.1 Plano de Pensão

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	11,71%	-1,00%	81.149
Plano C	11,75%	-1,00%	167.743

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	27.994
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	114.427

22.4.2 Plano de saúde

Abaixo estão demonstrados os efeitos caso a taxa de desconto apresentasse uma variação de 1,0% e os custos médicos apresentasse um aumento e uma diminuição de 0,5%:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R$
Taxa de desconto	10,40%	252.658
Taxa de desconto	9,40%	299.307
Crescimento dos custos médicos	Aumento de 0,5%	299.223
Crescimento dos custos médicos	Redução de 0,5%	252.566

23. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	784	719	1.503	725	926	1.651
Máquinas e equipamentos	803	1.332	2.135	556	1.516	2.072
Veículos	21.526	207.792	229.318	23.607	35.721	59.328
TOTAL	**23.113**	**209.843**	**232.956**	**24.888**	**38.163**	**63.051**

23.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

Ativo direito de uso	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2020	**2.064**	**1.885**	**95.865**	**99.814**
Adições de arrendamentos	68	720	4.193	4.981
Remensurações	174	-	-	174
Depreciação	(789)	(609)	(43.959)	(45.357)
SALDO EM 31.12.2021	**1.517**	**1.996**	**56.099**	**59.612**
Atualização monetária	179	100,00	-	279
Adições de arrendamentos	464	602	246.394	247.460
Depreciação	(777)	(708)	(34.620)	(36.105)
Baixa de arrendamentos	-	-	(48.909)	(48.909)
SALDO EM 31.12.2022	**1.383**	**1.990**	**218.964**	**222.337**

Obrigações por arrendamento	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2020	**2.184**	**1.906**	**99.780**	**103.870**
Adições de arrendamentos	68	720	4.193	4.981
Remensurações	174	-	-	174
Pagamento da parcela	(938)	(730)	(50.201)	(51.869)
Despesa de juros	163	176	5.556	5.895
SALDO EM 31.12.2021	**1.651**	**2.072**	**59.328**	**63.051**
Atualização monetária	179	100	-	279
Adições de arrendamentos	464	602	246.394	247.460
Pagamento da parcela	(929)	(868)	(51.338)	(53.135)
Despesa de juros	138	229	26.627	26.994
Baixa de contratos de arrendamentos	-	-	(51.693)	(51.693)
SALDO EM 31.12.2022	**1.503**	**2.135**	**229.318**	**232.956**

23.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2022	31.12.2021
2022	23.282	24.888
2023	25.314	21.556
2024	27.838	16.267
2025 em diante	156.522	340
Total	**232.956**	**63.051**

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Light SESA	Efeitos estimados
ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	222.337
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	284.040
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	232.956
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	294.659

24. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos Regulatórios	31.12.2022	31.12.2021
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	1.155	2.232
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	2.310	4.465
Programa de Eficiência Energética – PEE	198.792	178.521
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	29.775	70.287
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE [(a)]	43.649	42.732
Total	**275.681**	**298.237**

[(a)] Refere-se ao recolhimento referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021.

25. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	38.662	-	38.662	54.633	-	54.633
Taxa de iluminação pública	267.065	-	267.065	234.285	-	234.285
Reserva para reversão	6.571	19.713	26.284	6.571	26.285	32.856
Restituições consumidores	82.932	-	82.932	88.141	-	88.141
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 10)	-	-	-	169.215	-	169.215
Parcelamento ANEEL [a]	25.807	16.255	42.062	-	-	-
Penalidade regulatória – REN	52.600	-	52.600	-	-	-
Obrigações atuariais - Pensionistas	5.515	43.529	49.044	-	-	-
Outros	7.086	-	7.086	9.428	9.022	18.450
TOTAL	**486.238**	**79.497**	**565.735**	**562.273**	**35.307**	**597.580**

[a]Referente aos parcelamentos dos Autos de Infração nº 01/2019 e nº 026/2020 - SFE/ANEEL. O montante do Auto de Infração nº 01/2019 será pago em 32 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022 e o montante do Auto de Infração nº 026/2020 será pago 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022, conforme Nota 19.1.4.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

26.1 Ativos e receitas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					2022	2021	2022	2021
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a Light Energia	N/A [a]	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	3.700	2.545	39.919	28.561
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Companhia com a Lightger	N/A [a]	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A		-	-	473
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Light SESA à Light Energia - Está sob controle comum	N/A [a]	A partir de jan/2006. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	15	14	174	622
Os créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Light Conecta	N/A [a]	A partir de Out/2007. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	1	1	2	7
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Lightcom	N/A [a]	A partir de out/2007. Vencimento set/2018	IGP-M	N/A	3	3	41	49
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A [a]	A partir de abril/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	76	11	1.836	940

Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a Lajes Energia - Está sob controle Comum	N/A	A partir de março/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	43	39	509	419
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição e Energia da Companhia com a Light Conecta	N/A	A partir de Out/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	-	-	-	570

(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.
(b) Como resultado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("follow-on") realizada pela controladora Light S.A. e concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG ao realizar a venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Light S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia.

26.2 Passivos e despesas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					2022	2021	2022	2021
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Companhia com a Light Energia	N/A [a]	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	297	256	(3.307)	(2.696)
Fornecedor - Compromisso com encargo de conexão da Companhia com a Light Energia	N/A [a]	A partir de dez/2005. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	270	244	(3.181)	(2.991)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Companhia com a Axxiom	N/A [b]	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	496	1.501	(8.189)	(15.550)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A	A partir de abril/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL		-	(9.449)	(3.164)

[a] Os contratos de encargo de conexão e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.
[b]) O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado
[c] Como resultado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("follow-on") realizada pela controladora Light S.A. e concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG ao realizar a venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Light S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia

26.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Remuneração dos Administradores	31.12.2022	31.12.2021
Honorários e benefícios de curto prazo	11.785	12.014
Bônus	7.721	9.441
Encargos Sociais	2.382	3.472
Benefícios pós-emprego	408	513
Benefícios assistenciais	640	1.072
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	955	79
TOTAL	**23.891**	**26.591**

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A. é de R$5.544.283 (R$5.486.365 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 494.310.226 (quatrocentos e noventa e quatro bilhões, trezentos e dez milhões, duzentos e vinte e seis mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de propriedade integral da Light S.A..

Em 30 de setembro de 2022, a controladora Light S.A. realizou um aumento do capital social, mediante a subscrição e integralização de 5.163.858.585 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, no montante de R$ 57.919 (cinquenta e sete milhões, novecentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais, e quarenta centavos).

	31.12.2022		31.12.2021	
Principais Acionistas	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Light S.A.	494.310.225.787	100%	489.146.367.202	100%

27.2 Reservas

27.2.1 Reserva de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$7.277 (R$7.277 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

27.2.2 Reservas de lucro

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R$273.923.

27.3 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos e plano de saúde. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

27.4 Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos propostos	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.816.335)	243.628
Constituição de reserva legal (5%)	-	(12.181)
Base de cálculo dos dividendos	**(5.816.335)**	**231.447**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	(57.862)
Lucros (prejuízos) retidos	**(5.816.335)**	**173.585**

27.5 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.816.335)	243.628
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	489.165.144.870	481.121.609.747
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ações ordinárias em reais	**(0,0119)**	**0,00051**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

28. RECEITA LÍQUIDA

Receita líquida	2022	2021
Fornecimento e receita de uso da rede (Nota 28.1)	18.270.537	18.299.045
Suprimento de energia (Nota 28.2)	35.285	-
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(26.749)	(35.502)
(-) Bônus de redução voluntária do consumo	-	(169.215)
Receita de construção	1.146.446	967.268
Subvenção CDE	253.387	457.289
Bônus de redução voluntária do consumo	-	169.215
Aluguéis, serviços e outras	158.777	86.394
Valor justo do ativo financeiro de concessão (Nota 11)	38.365	574.231
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 9)	482.372	50.312
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 9)	(22.976)	1.450.927
RECEITA BRUTA	**20.335.444**	**21.849.964**
ICMS	(4.236.327)	(4.944.295)
PIS / COFINS	(1.445.016)	(1.526.583)
Outros	(9.033)	(4.178)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	**(5.690.376)**	**(6.475.056)**
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.252.968)	(1.550.271)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(10.875)	(12.045)
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FNDCT	(21.750)	(24.096)
Eficiência Energética – PEE	(54.374)	(64.312)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(21.750)	(24.096)
Outros encargos – PROINFA	(93.818)	(63.908)
Outros encargos	(11.386)	(10.534)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	**(2.466.921)**	**(1.749.262)**
TOTAL DAS DEDUÇÕES	**(8.157.297)**	**(8.224.318)**
RECEITA LÍQUIDA	**12.178.147**	**13.625.646**

28.1 Fornecimento e receita de uso da rede

Fornecimento	2022			2021		
	Faturamento Bruto	ICMS	Faturamento Líquido	Faturamento Bruto	ICMS	Faturamento Líquido
Residencial	8.460.493	1.781.057	6.679.436	8.127.818	1.971.174	6.156.644
Industrial	430.567	114.417	316.150	458.747	145.932	312.815
Comercial	4.688.084	1.210.284	3.477.800	4.768.682	1.495.321	3.273.361
Rural	11.261	2.864	8.397	13.770	4.122	9.648
Poder público	1.341.512	285.988	1.055.524	1.190.046	307.425	882.621
Iluminação pública	365.250	96.291	268.959	457.098	146.842	310.256
Serviço público	719.649	192.781	526.868	862.904	273.903	589.001
Receita de uso da rede (livres)	2.684.589	552.645	2.131.944	2.459.698	599.576	1.860.122
Fornecimento não faturado	(430.868)	-	(430.868)	(39.718)	-	(39.718)
TOTAL FORNECIMENTO FATURADO	**18.270.537**	**4.236.327**	**14.034.210**	**18.299.045**	**4.944.295**	**13.354.750**

28.2 Suprimento de energia

Suprimento de energia	2022			2021		
	Fornecimento faturado	ICMS	Total fornecimento	Fornecimento faturado	ICMS	Total fornecimento
Energia de curto prazo	35.285	-	35.285	-	-	-
TOTAL SUPRIMENTO	**35.285**	**-**	**35.285**	**-**	**-**	**-**

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e despesas	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal e administradores	(267.121)	(252.518)	(98.239)	(127.970)
Materiais	(21.595)	(10.823)	(399)	(11.922)
Serviços de terceiros	(225.672)	(239.859)	(174.789)	(168.793)
Custos com energia elétrica (nota 29.1)	(8.722.576)	(9.905.209)	-	
Depreciação e amortização	(574.126)	(540.102)	(43.006)	(23.788)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (nota 6)	-	-	(1.116.505)	(597.354)
Provisão para contingências e depósitos judiciais (nota 20)	-	-	(1.989.001)	(181.491)
Custo de construção	(1.146.446)	(967.268)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	107.873	107.837	-	-
Outras despesas e custos operacionais	(342)	(3.410)	(45.181)	(35.206)
TOTAL	**(10.850.005)**	**(11.811.352)**	**(3.467.120)**	**(1.146.524)**

29.1 Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda	2022	2021
Energia comprada para revenda		
Mercado de curto prazo CCEE	(807.698)	(1.352.230)
Itaipu – Binacional	(1.279.897)	(1.581.021)
UTE Norte Fluminense	(3.730.225)	(3.414.600)
Leilão de energia	(2.091.798)	(3.194.961)
Cotas de garantia física	(714.549)	(687.018)
Cota de nucleares	(281.878)	(198.718)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-
Encargos uso da rede básica e NOS	(1.174.093)	(1.173.342)
Encargos de conexão – Transmissão	(102.510)	(98.862)
Transporte de energia – Itaipu	(122.760)	(130.650)
PROINFA	(215.996)	(138.208)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	782.421	916.795
ICMS sobre compra	1.016.407	1.147.606
TOTAL	**(8.722.576)**	**(9.905.209)**

30. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	2022	2021
RECEITAS		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	55.479	55.489
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	228.506	100.952
Operações de *swap*	-	52.262
Atualização de depósitos judiciais	13.910	7.613
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 9)	-	53.469
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 7)	80.344	14.912
Atualização de ativos tributários	59.565	20.301
Outras receitas financeiras	25.670	14.007
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	**463.474**	**319.005**
DESPESAS		
Atualização monetária das provisões para contingências [(a)]	(1.790.204)	(21.742)
Despesas com passivos tributários	(8.369)	(6.363)
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 9)	(1.412)	-
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures	(870.857)	(605.567)
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(59.458)	(610.716)
Variação cambial sobre faturas de energia	-	(17.097)
Operações de *swap*	(686.358)	-
Ajuste a valor presente	(11.246)	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(20.965)	(14.716)
Outras despesas financeiras	(213.942)	(94.029)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	**(3.662.811)**	**(1.370.230)**
RESULTADO FINANCEIRO	**(3.199.337)**	**(1.051.225)**

[(a)] Inclui o montante de R$1.661.716 referente a atualização da provisão para contingências dos créditos de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

31.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Principais ativos e passivos financeiros da Companhia	Níveis	31.12.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (nota 4)		40.519	40.519	52.185	52.185
Contas a receber de clientes (nota 6)		2.291.890	2.291.890	3.484.766	3.484.766
Serviços prestados a receber		33.999	33.999	15.593	15.593
Depósitos judiciais		219.093	219.093	217.160	217.160
Ativos financeiros do setor (nota 9)		199.402	199.402	1.480.272	1.480.272
Outros créditos (nota 10)		387.885	387.885	592.515	592.515
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (nota 4)	2	-	-	343.249	343.249
Títulos e valores mobiliários – (nota 5)	2	592.104	592.104	2.024.082	2.024.082
Ativo financeiro de concessões (nota 11)	3	7.697.294	7.697.294	6.821.988	6.821.988
Instrumentos financeiros swaps	2	-	-	132.000	132.000
TOTAL		**11.462.186**	**11.462.186**	**15.163.810**	**15.163.810**
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (nota 16)		1.452.785	1.452.785	2.048.334	2.048.334
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)		2.730.073	2.797.833	3.291.049	3.273.907
Debêntures (nota 19)		6.348.550	5.967.982	6.199.526	5.969.729
Obrigações por arrendamento mercantil (nota 23)		232.956	232.956	63.051	63.051
Passivos financeiros do setor (nota 9)		911.538	911.538	276.353	276.353
Encargos regulatórios (nota 24)		275.681	275.681	298.237	298.237
Outros débitos (nota 25)		565.735	565.735	597.580	597.580
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Instrumentos financeiros swaps	2	276.374	276.374	-	-
TOTAL		**12.793.692**	**12.480.883**	**12.774.130**	**12.527.191**

31.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

31.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador	31.12.2022		31.12.2021	
	R$	%	R$	%
USD	2.313.913	25,6	2.471.494	26,0
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	**2.313.913**	**25,6**	**2.471.494**	**26,0**
CDI	3.167.548	35,1	2.928.400	30,8
IPCA	3.546.449	39,3	4.093.132	43,1
Outros	-	-	9.664	0,1
TOTAL - MOEDA NACIONAL	**6.713.997**	**74,4**	**7.031.196**	**74,0**
TOTAL	**9.027.910**	**100,0**	**9.502.690**	**100,0**

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2022 é de 0,23% do total da dívida em moeda estrangeira (0,2% em 31 de dezembro de 2021).

31.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de *"swap"*) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Instituição	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional R$ 31.12.2022	Valor Nocional US$ 31.12.2022	Swap (accrual) R$ 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) R$ 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Citibank (2021)	US$	US$ + Libor3M + 1,18%	CDI + 1,85%	30.09.2021	31.03.2025	208.708	40.000	8.002	7.645	(357)
Bradesco (Bond 2021)	US$	US$ + 4,3750 % a.a.	143,24% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.087.080	400.000	(61.284)	268.727	330.011
TOTAL						**2.295.788**	**440.000**	**(53.282)**	**276.372**	**329.654**

Instituição	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional (R$) 31.12.2021	Valor Nocional (US$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Citibank	US$	US$ + Libor3M + 1,18%	CDI + 1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Bradesco (Bond 2021)	US$	US$ + 4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.232.200	400.000	(211.275)	(129.155)	82.120
TOTAL						**2.455.420**	**440.000**	**(217.773)**	**(132.000)**	**85.773**

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2022, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o "cenário provável" considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

			R$		
Operação	Risco	Dívida - US$ Mil	Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS			**(189.256)**	**(816.740)**	**(1.444.220)**
TN - Par Bond	US$	39.422	(16.775)	(72.392)	(128.009)
TN - Caução - Par Bond	US$	(36.779)	15.650	67.537	119.425
TN - Discount Bond	US$	27.306	(11.619)	(50.143)	(88.667)
TN - Caução - Discount Bond	US$	(25.824)	10.989	47.421	83.854
4131 Citibank 2021	US$	40.011	(17.025)	(73.473)	(129.920)
Bonds 2021	US$	400.632	(170.476)	(735.690)	(1.300.903)
DERIVATIVOS			**187.501**	**809.163**	**1.430.823**
Swaps de moeda (ponta ativa)	US$	(440.643)	187.501	809.163	1.430.823
TOTAL DE GANHO (PERDA)			**(1.755)**	**(7.577)**	**(13.397)**
Referência para Ativos e Passivos Financeiros				**+25%**	**+50%**
Cotação R$/US$ (em 31.12.2023)			5,64	7,05	8,46

31.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos

aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía contratos de *swap* de juros em aberto.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o "cenário provável" considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

	R$		
Operação	**Provável Cenário (I)**	**Cenário (II) + 25%**	**Cenário (III) + 50%**
ATIVOS FINANCEIROS	**(1.436)**	**(21.837)**	**(42.239)**
Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários	(1.436)	(21.837)	(42.239)
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS	**(55.353)**	**(233.611)**	**(411.868)**
Libor6M	586	(1.098)	(2.782)
Libor3M	1	(2.487)	(4.975)
CDI	(34.768)	(148.632)	(262.495)
IPCA	(21.172)	(81.394)	(141.616)
DERIVATIVOS	**(52.693)**	**(225.257)**	**(397.821)**
Swaps de moedas (ponta passiva)	(47.168)	(201.639)	(356.110)
Swaps de taxa (ponta passiva)	(5.525)	(23.618)	(41.711)
TOTAL DE GANHO (PERDA)	**(109.482)**	**(480.705)**	**(851.928)**
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		-25%	-50%
CDI (% em 31.12.2023)	13,41%	16,77%	20,12%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS	-	-	-
CDI (% em 31.12.2023)	13,41%	16,77%	20,12%
IPCA (% em 31.12.2023)	6,34%	7,93%	9,51%
Selic (% em 31.12.2023)	13,41%	16,77%	20,12%
Libor3M (% em 31.12.2023)	4,71%	5,89%	7,07%
Libor6M (% em 31.12.2023)	4,69%	5,86%	7,03%

31.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança

permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 6. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos à Companhia, e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

31.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 18 e 19.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Conforme divulgado na nota 1.1, a Administração da Companhia está acompanhando atentamente todos os riscos relacionados a continuidade operacional do Grupo e gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem

juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(237.538)	(1.160.176)	(7.801.057)	(1.121.998)	(10.320.769)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures		(693)	(345.113)	-	(345.806)
Fornecedores	(1.574.885)	-	-	-	(1.574.885)
Swap	3.503	10.510	262.361	-	276.374
Total	**(1.808.920)**	**(1.150.359)**	**(7.883.809)**	**(1.121.998)**	**(11.965.086)**

31.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Companhia é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica.
O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores, resultado da liquidação no MCP das exposições positivas (energia contratada acima do mercado cativo), valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é de 5% sobre a energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

31.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados aos aspectos ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, às questões relacionadas aos empregados, aos fornecedores e aos impactos na sociedade. Nesse sentido, a Companhia atua de forma contínua para promover a melhoria da sua gestão ambiental e social, de forma a mitigar esses riscos, por meio dediversos compromissos:

(i) Atender à legislação ambiental vigente e aos padrões de qualidade ambiental por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos do parque operacional da Companhia, mitigando o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Light;

(ii) Nas usinas e nas estruturas associadas ao parque gerador de energia da Companhia, além da certificação ISO 14001, atender às normas ISO 9001, de qualidade, e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI);

(iii) Investir na promoção da saúde e na prevenção de acidentes, aplicando recursos na melhoria deprocessos e procedimentos, capacitando e sensibilizando a força de trabalho, em paralelo a campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância da adoção de medidas pessoais de segurança;

(iv) Oferecer benefícios aos empregados da Companhia que englobam planos de previdência privada, pela Braslight, assistência médica e odontológica extensivas a dependentes, auxílio alimentação e/ou refeição, auxílio natalino, auxílio-creche, complementação de auxílio doença, auxílio psicopedagógico para dependentes de empregados com necessidade de tratamentos neuropsíquicos, assistência social e psicológica, seguro de vida, auxílio funeral e bolsas de estudo de ensino médio técnico para empregados e dependentes;

(v) Estreitar o relacionamento com as comunidades da área de concessão, fortalecendo o vínculo empresa/cliente e regularizando o fornecimento de energia e arrecadação nessas áreas, além de incentivar o cadastramento de moradores na Tarifa Social; e

(vi) No âmbito da cadeia de valor da Light, garantir o alinhamento dos fornecedores com as diretrizes de direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos socioambientais que são adotadas pela Companhia, estabelecendo critérios para a seleção e gestão desses fornecedores que contemplam o cumprimento do Acordo de Responsabilidade Social e do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

31.2.8 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia conduz suas atividades de distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da Companhia, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Companhia, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

(a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;

(b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
(c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
(d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
(e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
(f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a Companhia atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em 08 de setembro de 2022, a Companhia recebeu o Ofício n° 312/2022 da SFF/ANEEL com conclusões a respeito da apuração do indicador de sustentabilidade econômico-financeira do ano de 2021. Em resumo, o referido Ofício determinou que para cumprimento do Critério de Eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira fosse realizado um aporte no montante de R$57.919. Em consequência, no dia 30 de setembro de 2022, em linha com a orientação expressa no Ofício em referência, e com o objetivo de pacificar o cumprimento das obrigações relacionados ao ano de 2021, a Companhia realizou um aporte de capital no montante de R$57.919 na Companhia.

Para o exercício findo em 2022, ainda não foram mensurados de forma definitiva, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias e a estimativa dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício de 2022 indica o seu descumprimento.

Importante ressaltar que o próprio contrato de concessão e o Anexo VIII-A da Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, apresentam mecanismos para restabelecimento da condição de sustentabilidade econômico-financeira, antes que seja iniciado o processo de caducidade da concessão, sendo os principais a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor e a exigência de aportes de capital dos acionistas controladores, em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade mínima. Neste contexto, a Administração da Light e seus acionistas podem providenciar ações e teriam certo prazo para restabelecer os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro para evitar o início do processo de caducidade da concessão da Companhia.

A Administração da Companhia entende que o potencial descumprimento em questão não inicia de forma imediata o processo de caducidade da concessão da Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

31.3 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Gestão de capital	31.12.2022	31.12.2021
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	9.078.623	9.490.575
Instrumentos financeiros derivativos *swap*	276.374	(132.000)
Dívida bruta	**9.354.997**	**9.358.575**
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	632.623	2.419.516
Dívida líquida (A)	**8.722.374**	**6.939.059**
Patrimônio líquido (B)	1.197.065	7.166.825
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	**88%**	**49%**

32. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2022	10.08.2023	N/A	100.000
Responsabilidade Civil e Geral	02.01.2023	02.01.2024	N/A	20.000
Riscos Operacionais	03.02.2023	03.02.2024	11.879.397	300.000

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Total de contratos em R$ [a]
2022	7.346
2023	7.144
2024	7.505
2025	5.900
2026	5.884

[a] Não auditado pelos auditores independentes

34. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo.

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	37.474	35.119
Adições de arrendamentos	247.460	4.981
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	10.104	17.656
Transferências para intangível (Acordo Furnas – Nota 10)	70.663	-

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1 Revisão tarifária 2023

Em 15 de março de 2023, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 7,0%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 2,84%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 4,16%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses. Neste reajuste está incluído o repasse aos consumidores de créditos tributários da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, no valor de R$1.777.129, em cumprimento à Lei 14.385/22. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2023.

Adicionalmente, na mesma ocasião da aprovação do reajuste, foi determinado que as áreas técnicas da ANEEL recebam e tratem os pleitos apresentados pela Companhia relacionados ao reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Wilson Martins Poit
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Abel Alves Rochinha
Carlos Alberto da Cruz
Lavinia Rocha de Hollanda

CONSELHO FISCAL	
EFETIVOS	SUPLENTES
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	João Ricardo Pereira da Costa
Ary Waddington	Vago

DIRETORIA EXECUTIVA
Octavio Cortes Pereira Lopes- Diretor Presidente
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Diretor de Relações com Investidores
Carlos Vinicius de Sá Roriz – Diretor
Déborah Meirelles Rosa Brasil – Diretora
Alessandra Genu Dutra Amaral – Diretora
Thiago Freire Guth – Diretor

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CRC-RJ 103826/O-9